



# Anais da Assembléia

Nº 18

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 19 DE MARÇO DE 1996

ANO XXIII

## Mesa Diretora

**ANIBAL KHURY**  
Presidente - PTB

**LUIZ CARLOS ZUK**  
1º Vice-Presidente - PDT

**NEIVO BERALDIN**  
2º Vice-Presidente - PP

**LUIZ CARLOS MARTINS**  
1º Secretário - PDT

**NELSON GARCIA**  
2º - Secretário - PFL

**EDGARD BUENO**  
3º Secretário - PSDB

**JOÃO TECHI**  
4º Secretário - PPR

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

## Lideranças

Governo .....	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT .....	Deputado VALDIR LUIZ ROSSONI
PMDB .....	Deputado CAÍTO QUINTANA
PFL .....	Deputado ÉLIO RUSCH
PT .....	Deputado ÂNGELO VANHONI
PP .....	Deputado SÉRGIO SPADA
PPR .....	Deputado CÉSAR SELEME
PSC .....	Deputado JOCELITO CANTO
PTB .....	Deputado NELSON JUSTUS
PSDB .....	Deputado CEZAR SILVESTRI

## Representação Partidária

PMDB - 12: Orlando Pessuti - José D. Mattos do Amaral - Cleiton Kielse - Nereu A. de Moura - Renato G. Adur - Ricardo Chab - Caíto Quintana - José Maria Ferreira - Celso Samis da Silva - Toti Colaço - José Tavares S. Neto - Luiz Cláudio Romanelli; PP - 10: Albanor J. F. Gomes - Dullio Genari - Irondi Pegliesi - Geraldo Cartário Ribeiro - Antonio Annibelli - Sérgio Spada - Augustinho Zucchi - Joel G. Coimbra - Neivo Beraldin - Edson Silva Lino; PDT - 10: Algaci Tulio - Antonio Belinati - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz R. Accorsi Motta - Edno Guimarães - Valdir Rossoni - Milton J. Pupio - Nelson Tureck - Walmor Trentini; PTB - 06: Luiz Carlos Alborghetti - Marcos Alves - Anibal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Hermas Brandão; PFL - 06: Carlos Simões - Nelson Garcia - Reny Borsato - Élio Lino Rusch - Plauto Miró Guimarães - Basílio Zanusso; PT - 05: Emerson Nerone - Irineu Mário Colombo - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - Péricles H. Mello - Angelo Vanhoni; PSDB - 03: Edgar Bueno - Beto Richa - Cezar Silvestri; PPR - 02: João T. Filho - César A. Seleme; PSC - 01: Jocelito Canto.

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA**  
**ATA DA 12ª SESSÃO ORDINÁRIA**  
**REALIZADA EM 19 DE MARÇO DE 1996**  
**(TERÇA-FEIRA)**

Presidência do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, secretariada pelos Senhores Deputados Ângelo Vanhoni e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgar Bueno, Têhy Filho, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Ângelo Vanhoni, Antonio Belinati, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zarusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Selene, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edmo Guimarães, Edson Silva Lito, Eduardo Trevisan, Elío Rusch, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Irineu Colombo, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocelito Canto, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Marquinhos Alves, Milton Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmias da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (53). Achando-se ausente o seguinte Senhor Deputado: Emerson Nerone (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

**S E S S Ã O.**

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

**E X P E D I E N T E:**

**Indicação:**

**INDICAÇÃO**

Senhor Presidente.

Em conformidade com o Requerimento nº 632 do Senhor Deputado Toti Colaço, aprovado em Sessão do dia 19 de março, a Comissão Executiva, vem através deste indicar os membros para compor a Comissão Especial, para tratar de assuntos relativos ao assentamento de sem-terra do Município de Pinhão.

Assim sendo, estes serão os seguintes

**Deputados:**

Toti Colaço  
 Milton Puppio  
 César Selene  
 João Têhy.

Sala das Sessões, em 19.03.96.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

**Requerimentos:**

**REQUERIMENTO N° 632**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, e em conformidade com o Artigo 35 e 36 do Regimento Interno desta Casa de Leis, respeitosamente REQUER a formação de uma Comissão Especial, composta por 05 (cinco) membros do Legislativo Estadual, designados pela Mesa Executiva, com prazo de duração de 120 dias, prorrogáveis por até metade, mediante deliberação do Plenário, para tratar de assuntos relativos ao assentamento de sem-terra do Município de Pinhão.

Nestes termos pede deferimento.

Sala das Sessões, em 19.03.96.

(a) TOTI COLAÇO

**REQUERIMENTO N° 528**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, retirada por 10 (dez) Sessões do item 01, 2ª Discussão, do Projeto de Lei nº 117/95, de autoria do Deputado Cleiton Kielse, constante da Ordem do Dia da presente Sessão (19/03).

Sala das Sessões, em 19.03.96.

(a) ALGACI TÚLIO

**REQUERIMENTO N° 643**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada por 10 (dez) sessões do Projeto de Lei nº 521/95, item 02 da presente Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 19.03.96.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

**REQUERIMENTO N° 509**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de pesar, pelo falecimento ocorrido em 23/11/95, da Senhora Tecla Hars.

Pessoa de muitas amizades, ajudava muito a sociedade de Ponta Grossa, deixou enlutados não somente seus parentes, mas também todos aqueles que tiveram a felicidade e a oportunidade de conhecê-la.

Requer ainda, que da decisão desta Casa, seja dado ciência à família enlutada, à rua Mário Lima Santos, 27 - Jardim América - Ponta Grossa-PR.

Sala das Sessões, em 19.03.96.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

#### REQUERIMENTO N° 510

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de pesar, pelo falecimento ocorrido em 27/11/95, do Senhor Geraldo Pereira dos Santos.

Pessoa de muitas amizades, ajudava muito a sociedade de Ponta Grossa, deixou enlutados não somente seus parentes, mas também todos aqueles que tiveram a felicidade e a oportunidade de conhecê-lo.

Requer ainda, que da decisão desta Casa, seja dado ciência à família enlutada, à rua Francisco Otaviano, 857 - Madureira - Ponta Grossa-PR.

Sala das Sessões, em 19.03.96.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

#### REQUERIMENTO N° 508

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de congratulações pela passagem do 4° aniversário de emancipação política de Rio Bonito do Iguaçu, em 19 de março.

Sala das Sessões, em 19.03.96.

(a) CEZAR SILVESTRI

#### JUSTIFICATIVA:

O Município de Rio Bonito do Iguaçu tem se destacado na produção agrícola, pela reconhecida qualidade de suas florestas nativas que lhes cederam o lugar.

Desde então o município vem se destacando na agricultura e na pecuária, participando ativamente na economia regional.

Povo corajoso e trabalhador, que tem por merecer o reconhecimento de todos, justificando a homenagem ora proposta, para a qual, respeitosamente convocamos os ilustres membros do Legislativo do Paraná.

#### REQUERIMENTO N° 630

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de Votos de Congratulações à Viação Garcia, empresa de Londrina que colocou à disposição dos paranaenses um novo e moderno serviço, o "TOP BUS", garantindo muito mais segurança e conforto para os passageiros.

Sala das Sessões, em 19.03.96.

(a) JOSÉ TAVARES

#### JUSTIFICATIVA:

Queremos registrar, através deste Voto

de Congratulações à Viação Garcia, na pessoa de seu Gerente Geral, Fernando Campinha Garcia Cid, nosso renovado orgulho pela pujança desta empresa londrinense. Com a entrada em operação do "TOP BUS", a Viação Garcia é a primeira no Brasil a equipar parte de sua frota com o sistema Control Laser 200.

Servindo as principais linhas em que a empresa opera no Paraná e outros Estados, o "TOP BUS", oferece muito mais segurança aos passageiros, principalmente à noite e em condições ruins de tempo. O investimento da empresa, da ordem de R\$ 10 milhões, demonstra sua capacidade e fôlego financeiro, priorizando o bom atendimento de seus clientes. O "TOP BUS" uma opção entre o ônibus leito e o convencional, é mais uma arramada desta empresa de Londrina rumo às primeiras posições em seu setor no país.

#### REQUERIMENTO N° 633

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja formulado e inserido na Ata dos trabalhos deste Poder Legislativo um Voto de Congratulações ao padre Raimundo Stavitzki, pela comemoração, nesta data, de seu jubileu de prata frente à Paróquia de Santo Agostinho, nesta Capital.

Que do teor do presente seja dada ciência ao homenageado e ao Presidente do Conselho Paroquial de Santo Agostinho, Senhor Nilo Izidoro Biazetto.

Sala das Sessões, em 19.03.96.

(a) ALCACI-TÚLIO

#### JUSTIFICATIVA:

É realmente motivo de congratulações o alcançe pelo padre Raimundo Stavitzki da marca de 25 anos como pároco da Igreja de Santa Agostinho, em Curitiba. Não apenas por todo o esforço e dedicação naturais ao exercício do sacerdócio mas, principalmente, pela decisão da Igreja Católica de manutenção de um pároco por período tão longo.

Não há dúvidas de que essa permanência se deve ao respeito conquistado pelo padre Raimundo Stavitzki entre os seus paroquianos, sendo para eles um líder espiritual e um reconhecido prestador de serviços à comunidade do bairro Anu, nesta Capital.

#### REQUERIMENTO N° 635

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER à douta Presidência da Casa a inserção, na Ata dos trabalhos da presente Sessão, de Votos de Congratulações com o Município de Tibagi, pelos 124 anos de sua emancipação política, ocorrido

no último dia 18.

Tibagi, é uma das cidades históricas do Paraná e o Município, apesar das muitas subdivisões que tem sofrido, ainda é o 3º maior município em extensão do Estado e abriga o Parque Estadual do Guartelá.

Requer ainda, uma vez aprovada a presente proposição, que do mesmo seja dado conhecimento ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Tibagi, Dr. José Tibagy de Mello e ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal, Vereador Mário Mendes.

Sala das Sessões, em 19.03.96.

(a) ALGACI TÚLIO

#### REQUERIMENTO N° 637

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER seja enviado Voto de Congratulações ao Sr. José Eduardo de Andrade Vieira, Ministro da Agricultura pelo lançamento do Programa Nacional de Zoneamento Agrícola, que tem por objetivo reduzir as perdas provocadas por ocorrências climáticas.

Requer, ainda, que da decisão desta Casa seja dada ciência ao Sr. Ministro da Agricultura, em Brasília-DF.

Sala das Sessões, em 19.03.96.

(a) PLAUTO MIRO GUIMARÃES

#### JUSTIFICATIVA:

O Programa Nacional de Zoneamento Agrícola tem por objetivo resolver uma das grandes preocupações do Sr. Ministro da Agricultura, José Eduardo de Andrade Vieira, que é assegurar condições de competitividade para a agricultura brasileira, reduzindo as perdas por problemas climáticos e orientando os agricultores para obtenção de melhores produtividades e redução de custos.

Desta forma, determinou-se a EMBRAPA, em conjunto com as instituições estaduais de pesquisa, iniciassem estudos para estabelecer um zoneamento agrícola para o Brasil.

O zoneamento, resultado da pesquisa agrícola, da análise de comportamento do clima durante décadas e do desempenho das lavouras nos anos mais recentes, tem por objetivo servir de referencial geográfico para assegurar o sucesso da triticultura paranaense. Com isto busca-se a máxima eficiência técnica e econômica, frente aos riscos climáticos, condições do solo, época de semeadura e cultivares utilizados nas diferentes regiões do Estado. Outra meta é otimizar a produção, reduzindo os riscos do produtor e viabilizar o Programa de Garantia da Atividade Agropecuária - PROAGRO.

Através da exclusão das áreas menos aptas ou com maior riscos climáticos são

reduzidos os gastos governamentais, possibilitando amparar efetivamente a produção em áreas vocacionadas.

#### REQUERIMENTO N° 642

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja formulado e inserido na Ata dos trabalhos deste Poder Legislativo um Voto de Congratulações ao médico Ary de Christan, eleito para as funções de provedor da Santa Casa de Misericórdia de Curitiba.

Sala das Sessões, em 19.03.96.

(a) ALGACI TÚLIO

#### JUSTIFICATIVA:

Depois de 30 anos, a Santa Casa de Misericórdia de Curitiba volta a ter um médico como provedor: trata-se do doutor Ary de Christan que, há 40 anos, conhece de perto a realidade do hospital.

Profissional competente, homem de cultura invejável, fé cristã inabalável e dotado de grande senso humanitário, o doutor Ary de Christan cuja principal meta, como provedor, é viabilizar a transferência do hospital de caridade da Santa Casa para dependências mais apropriadas, contará ainda com a colaboração de: Cássio de Paula Freitas (1º vice-Presidente); José Rodrigues Romeiro (2º vice); Rubens Passerino Moura (3º vice); Lourival Schueidweiler (diretor 1º escrivão); José Carlos Furtado de Rezende (diretor 2º escrivão); Jaime Sprada (1º tesoureiro); Manoel Sterghel Cavalcanti (2º tesoureiro); Mário Vargas (1º procurador) e Joseph Galiano (2º procurador). Para o conselho Fiscal foram escolhidos: Nestor Bueno, Clarindo Pegoraro e Oswaldo Sailer Rocha, tendo como suplentes Américo Marques Dias, Cândido Gomes Chagas e Ismail Macedo.

Que o presente requerimento enseje os sinceros cumprimentos deste Poder a todos os eleitos, augurando-lhes uma gestão profícua e repleta de realizações frente à Santa Casa de Misericórdia de Curitiba.

#### REQUERIMENTO N° 515

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente requer, após ouvido o Plenário desta Casa, seja encaminhado ofício ao Sr. Everardo Maciel, Secretário da Receita Federal, solicitando providências urgentes no sentido de que seja autorizado o tráfego na Ponte Internacional ligando os municípios de Capanema, no Estado do Paraná e Comandante Andreas Guacurari (Andresito), Província de Misiones, na República Argentina.

Sala das Sessões, em 19.03.96.

(a) CAÍTO QUINTANA

## JUSTIFICATIVA:

Construída pelo Governo do Estado do Paraná há aproximadamente (02) dois anos, a Ponte Internacional, de 125 metros sobre o Rio Santo Antonio, inclui ainda o prédio da Aduana/Alfândega e acesso asfaltado até a rodovia, além de outras obras de infraestrutura.

Entretanto, apesar de concluída há cerca de dois anos, por motivos meramente burocráticos, a Receita Federal vem protegendo a liberação do tráfego na referida ponte, caracterizando um descaso total com os recursos públicos de elevada monta aplicados na obra.

Por outro lado, a conseqüente inexistência de fiscalização acaba facilitando a passagem ilegal, possibilitando inclusive a entrada de produtos contrabandeados, o que nos leva a apresentação deste requerimento que, temos certeza, será avaliado pelos nobres Pares desta Casa de Leis.

## REQUERIMENTO N° 511

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Campo Largo, no sentido de atender os pais de alunos da Escola Municipal Luiza Monteiro, localizada em Bateias, os quais solicitam a construção de mais salas de aula, bem como a contratação de mais professores para atender a contento a população. Solicitam ainda a liberação de mais ônibus que fazem o transporte de alunos, uma vez que os que estão funcionando não se encontram em perfeitas condições, além de serem insuficientes. Pedem que o pedido seja atendido tendo em vista que beneficiará sobremaneira os alunos daquela localidade.

Sala das Sessões, em 19.03.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

## REQUERIMENTO N° 512

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de intensificar o policiamento na Rua Savigny, proximidades do n° 57 - Barreirinha. Ocorre que nas ruas desse bairro há muitos meninos cheirando cola, assaltando e roubando as pessoas, tanto de dia como de noite.

A população encontra-se apreensiva e pede providências urgentes.

Sala das Sessões, em 19.03.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

## REQUERIMENTO N° 514

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Telecomunicações do Paraná S.A. - TELEPAR, no sentido de instalar um aparelho telefônico público na Rua Cidade de Palmas, localizada no Bairro Novo A, tendo em vista que o telefone mais próximo fica a 1,5 Km dessa rua.

O pedido está sendo feito pelos moradores do bairro, uma vez que o telefone público está fazendo falta para toda a comunidade.

Sala das Sessões, em 19.03.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

## REQUERIMENTO N° 516

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER que, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná clamando para que nosso dirigente olhe com carinho às reivindicações dos Policiais Militares do Paraná no que diz respeito ao salário.

Sala das Sessões, em 19.03.96.

(a) EDUARDO TREVISAN

## JUSTIFICATIVA:

A Polícia Militar do Paraná é considerada uma das melhores do Brasil, tendo construído ao longo dos anos uma imagem de organização, eficiência e dignidade porém, neste momento passa por período de grandes dificuldades. Sabemos que qualquer aumento salarial só é possível com aumento de arrecadação. Assim sendo e conhecedores da grande sensibilidade do Governador, na medida em que o Estado experimente aumento de receita, sejam as reivindicações dos Policiais Militares priorizadas.

## REQUERIMENTO N° 517

Senhor Presidente.

Requer o autor, no uso de suas atribuições regimentais, que após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Secretário da Saúde no sentido de alertar para o problema da Dengue nos municípios do norte do Paraná, notadamente os municípios de Cornélio Procopio e Uraí.

Requer ainda que a Secretaria da Saúde tome providências no sentido de autorizar a concentração de frentes de trabalho para mutirão de limpeza, libere compra de inseticidas e também a compra de medicamentos para tratamento dos doentes.

Sala das Sessões, em 19.03.96.

(a) EDUARDO TREVISAN

## REQUERIMENTO N° 518

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais REQUER que, após ouvido o Plenário, seja enviado manifesto de preocupação ao Exmo. Sr. Presidente da COPEL com relação ao último aumento de tarifa de energia elétrica, bem como, requer que seja estudada uma forma de amenizar os efeitos deste aumento junto às camadas mais carentes da população.

O Deputado toma esta iniciativa por sentir, nas visitas que faz ao interior, que muitas famílias simplesmente não conseguem mais pagar suas contas de energia elétrica, e desta forma espera muita sensibilidade dos dirigentes da estatal elétrica do Estado para solucionar este problema.

Sala das Sessões, em 19.03.96.

(a) EDUARDO TREVISAN

#### REQUERIMENTO N° 521

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais REQUER que, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Presidente da TELEPAR solicitando providências urgentes quanto à implantação de telefonia celular na Cidade de Cornélio Procopio e região.

Sala das Sessões, em 19.03.96.

(a) EDUARDO TREVISAN

#### JUSTIFICATIVA:

Justifica-se o presente pleito, tendo em vista o anseio reiterado da comunidade, empresas e autoridades, as quais se sentem prejudicadas social e economicamente pela ausência desse benefício tecnológico. A TELEPAR em outras ocasiões prometeu o serviço para 08/93, 08/94 e 08/95 não tendo sido concretizado até o presente momento.

Entendemos que a TELEPAR é uma empresa exemplar no cenário nacional das telecomunicações, entretanto, aguardamos uma posição mais ágil para o caso da telefonia celular daquela região. Temos a certeza que as dificuldades iniciais já se esgotaram e serão rapidamente superadas dada a capacidade que a empresa tem, bem como o papel que representa no desenvolvimento do Estado do Paraná.

#### REQUERIMENTO N° 522

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER que, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente aos Deputados Federais do Paraná manifestando nosso desejo de que todos os representantes do Estado votem na reforma da Previdência pelo fim do IPC - Instituto de Previdência dos Congressistas, instituto que apenas contribui para piorar a imagem da classe política junto à

população.

O autor desta proposição entende que esta é uma grande oportunidade para fazermos uma profunda reforma no Sistema Previdenciário Nacional, acabando com privilégios e implantando um sistema eficiente que garanta a todos os trabalhadores uma aposentadoria justa, de tal modo que a classe política tenha no que diz respeito à previdência e aposentadoria, os mesmos direitos de todos os trabalhadores, nem mais nem menos. No caso de um Parlamentar achar que a aposentadoria a que vai ter direito, em função da sua profissão, é pequena, deve ele recorrer a um sistema de aposentadoria privada, pagando para isto, evidentemente.

Na certeza do bom senso dos nossos representantes, aguarda este requerente um posicionamento patriótico por parte dos destinatários desta proposição.

Sala das Sessões, em 19.03.96.

(a) EDUARDO TREVISAN

#### REQUERIMENTO N° 523

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente ao Sr. Secretário de Estado Especial da FUNDEPAR, solicitando providências para a construção de uma Quadra Poliesportiva na Escola Estadual Professor José Gomes do Amaral, no Núcleo Habitacional Santa Terezinha, em Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 19.03.96.

(a) PÉRICLES MELLO

#### JUSTIFICATIVA:

A Escola Estadual Professor José Gomes do Amaral atende atualmente cerca de 350 alunos da 1ª a 8ª séries.

A referida escola está formando sua primeira turma este ano e necessita da Quadra Poliesportiva para ter o reconhecimento oficial.

Inclusive o pedido da Quadra Poliesportiva já foi encaminhado no ano passado, quando da solicitação de ampliação da escola, sem ter sido atendido até esta data.

#### REQUERIMENTO N° 524

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa após aprovação do Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Dr. Rodolfo Joaquim Pinto da Cruz, DD. Secretário Nacional de Ensino Superior, à Esplanada dos Ministérios, Bloco L, 3º andar, CEP: 70.047-900, Brasília-DF, solicitando a instalação dos cursos de Direito, Processamento de Dados, Farmácia, Psicologia, Veterinária, Comércio Exterior, Matemática Aplicada e Engenharia Elétrica no Colégio

Integrado de Campo Mourão.

Requer ainda que, da decisão do Plenário, sejam cientificados os senhores: Prefeito de Ubiratã e presidente da COMCAM, Arnaldo Ferreira Sucupira; Vereadores Waldemar Ibba, Presidente da Câmara Municipal, Celso Romualdo Ferrari, Júlio Vieira, Luiz Carlos Kehl e Vereadora Bárbara Raimundo Couto Piacentini, todos à Câmara Municipal de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 19.03.96.

(a) NELSON TURECK

#### JUSTIFICATIVA:

Campo Mourão é uma cidade de porte médio, com população atual de 82.400 habitantes, e integra vasta microrregião composta por mais 24 municípios, com a população de 387.300 habitantes.

A COMCAM - Comunidade dos Municípios de Campo Mourão, já chegou a ter 800.000 habitantes. Devido à falta de políticas nas áreas sócio-econômico-culturais, as quais deveriam obrigatoriamente viabilizar a sobrevivência pela evolução, ocorreu um grande êxodo da população, o que comorreu sobremaneira para o inchaço da periferia dos grandes centros.

Hoje, Campo Mourão conta com 09 escolas que oferecem ensino de 2º grau a aproximadamente 4.000 alunos, e, na região, existem outras 15 escolas que atendem aproximadamente 7.000 alunos, somando 11.000 alunos dos cursos de 2º grau regular e supletivo.

A FECILCAM - Faculdade Estadual de Campo Mourão, instalada em um terreno com 8.750 m², com área construída de 6.693 m², tendo em funcionamento 52 salas de aula, atende 1.794 alunos e oferece apenas seis cursos: Administração, Geografia, Economia, Letras, Pedagogia e Ciências Contábeis.

O limitado corpo discente e a reduzida oferta de cursos para suprir as necessidades da região, - com a agravante de que a FECILCAM oferece cursos apenas no período noturno - deixa as salas praticamente sem utilização no período diurno e impele a saída dos jovens em busca de centros que ofereçam os cursos pretendidos.

A FECILCAM vem enfrentando dificuldades para conseguir implantar novos cursos superiores, e acredita que o Poder Público investirá prioritariamente em cursos profissionalizantes a nível de 2º grau, o que abre espaço para que a iniciativa privada invista no ensino superior.

O Colégio Integrado pertence a um grupo de 50 pessoas; iniciou suas atividades em 1987 e vem cumprindo fielmente o seu objetivo: oferecer às crianças e aos jovens uma educação integral e de qualidade. Atualmente, oferece cursos de Pré-escola, Primeiro e Segundo Graus, Supletivo de Primeiro e Segundo Graus, Pré-vestibular e

Super Intensivo.

Em 1991 foi construído um ginásio de esportes, com cancha polivalente com 1.000 m², e as instalações fiscais passaram por reformas e adaptações, aumentando o número de salas de aula e salas para a administração, para atender o curso de inglês; em 1992 foram construídos vestiários anexos ao ginásio de esportes e investiu-se em equipamentos para atender às necessidades administrativas e pedagógicas; em 1993 o Colégio adquiriu um terreno medindo 3.950 m² para ampliar suas instalações, com vistas a abrigar futuramente cursos superiores e proporcionar alojamento para professores oriundos de outras cidades que ali forem lecionar; em 1994 e 1995 mais três salas de aula foram construídas para o curso de inglês e laboratório de informática; e para as aulas de educação física, construiu-se um campo gramado de futebol suíço; uma sala de vídeo com capacidade para 60 pessoas foi instalada e 35 exaustores foram colocados para melhorar o sistema de circulação de ar no pavimento superior.

Pelo exposto e por conhecermos a real importância desses cursos para a cidade e região, considerando ainda que as faculdades privadas independem de recursos e investimentos do Poder Público, dispoño assim de maior autonomia para se adequar às constantes mudanças, assegurar a contratação de funcionários sem realização de concursos e ampliar instalações sem dotação orçamentária específica, conclui-se que a criação de novos cursos dependerá apenas da permissão do Poder Público - artigo 209 da Constituição Federal - o que hoje ocorre com o Colégio Integrado.

Campo Mourão e região não podem permanecer indefinidamente à espera de recursos financeiros do Poder Público, eis porque, rogamos estudos que viabilizem o pleito e permitam a implantação dos cursos de Direito, Processamento de Dados, Farmácia, Psicologia, Veterinária, Comércio Exterior, Matemática Aplicada e Engenharia Elétrica no Colégio Integrado de Campo Mourão.

#### REQUERIMENTO N° 525

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso das suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa após aprovação do Plenário, o envio de expediente aos Exmo. Srs. Jaime Lerner, Governador do Estado, Miguel Salomão, Secretário de Estado da Fazenda e Fernando Ribas Carli, Chefe da Casa Civil, solicitando a reinstalação da Delegacia da Receita Estadual no Município de Campo Mourão.

Requer ainda que, da decisão do Plenário sejam cientificados os senhores: Hor-



ley Casali, à Av. Capitão Índio Bandeira, 981, Campo Mourão, CEP: 87.300-000; Vereadores Waldemar Iba, Presidente da Câmara Municipal, Celso Romualdo Ferrari, Júlio Vieira dos Santos, Luiz Carlos Kehl e Vereadora Bárbara Raymundo Couto Piacentini, todos à Rua Francisco Albuquerque, nº 860, CEP: 87.301-130, em Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 19.03.96.

(a) NELSON TURECK

**JUSTIFICATIVA:**

A presente proposição fundamenta-se nos justos reclamos de todo o empresariado da Microrregião 12, que congrega 24 municípios da Região de Campo Mourão.

A título de justificativa e ilustração, tomamos a liberdade de transcrever correspondência firmada pelo Sr. Horley Casali, datada de 17 de janeiro do corrente ano:

"A não concretização da anunciada reinstalação da Delegacia da Receita Estadual em Campo Mourão leva-nos, uma vez mais, a solicitar o empenho de V. Exa. no sentido de transformar o justo pleito em realidade.

Não é demais lembrar que o órgão deixou de funcionar no município em 1989, com a região passando a depender da Delegacia de Umuarama. Historicamente esta região - composta por 24 municípios - sempre arrecadou mais que a área de Umuarama, o que nos leva a questionar a racionalidade da transferência da Delegacia e a subordinação.

O potencial econômico da Microrregião 12 é incontestável e justifica, por si só, a imediata reinstalação da Delegacia em Campo Mourão, o que certamente redundará em aumento da arrecadação. Convém ressaltar também que já existem instalações físicas para implantação do órgão, que contribuirá para o desenvolvimento regional e trará inúmeros benefícios para o empresariado.

Aproveito para lembrar que a reinstalação da Delegacia da Receita Estadual foi pomposamente anunciada em 1995. Deveria ter acontecido no dia 1º de novembro do ano passado, data que posteriormente foi transferida para o dia 1º de janeiro. Já estamos na segunda quinzena do mês (de janeiro) e lamentavelmente nada de concreto aconteceu. Fica a pergunta: Devemos ainda acreditar no cumprimento da promessa? Resta-nos, entretanto, a certeza de que devemos lutar pela causa, que é justa.

Conclamo V. Exa. a emvidar esforços no sentido de resgatar o importante órgão arrecadador para Campo Mourão e a Microrregião 12. A união de esforços é indispensável para que a causa seja vitoriosa!

(a) Horley Casali"

Diante desse apelo que retrata o pensamento dos principais segmentos empresariais de Campo Mourão e região, conclamo o

aval dos nobres Pares para a aprovação e posterior atendimento do justo pleito.

**REQUERIMENTO Nº 526**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Deni Lineu Schwartz, Mui Digno Secretário de Estado dos Transportes, solicitando a construção de um trevo rotativo na junção da Rodovia PR-489, que liga o Município de Umuarama a Xambrê, com início na Estrada Pavão.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor Pedro Lopes, Prefeito Municipal de Xambrê (Praça Des. A. F. Costa, 236); ao Vereador José Francisco de Oliveira, Presidente da Câmara Municipal de Xambrê (Av. A. J. Byington, s/n) CEP: 87535-000; ao Senhor Antonio Romero Filho, Prefeito Municipal de Umuarama (Av. Rio Branco, 3717) CEP: 87501-130; Vereador Genésio Alves da Silva, Presidente da Câmara Municipal de Umuarama; ao Vereador Wilson Oliveira Ferraz (Câmara Municipal - Av. Maringá, 4863) CEP: 87502-080 e ao Deputado Federal Alexandre Ceranto (Câmara Federal, Anexo IV Gabinete 948 - Brasília - DF, CEP: 70169-970).

Sala das Sessões, 19.03.96.

(a) NELSON GARCIA

**JUSTIFICATIVA:**

De iniciativa do Legislativo Municipal de Umuarama, através do Requerimento nº 002/96, tal proposta objetiva a construção de um trevo rotativo, ou em último caso, o alargamento da pista na junção da Rodovia PR-489 que liga os Municípios de Umuarama a Xambrê, com o início na Estrada Pavão.

Somada a essa proposição segue ofício da Companhia Lorenz de Umuarama, empresa que congrega um grande número de funcionários, clientes e distribuidores, cujo documento expõe a realidade do local e justifica a necessidade da referida obra por medida de segurança, uma vez que a pista asfáltica não possui acostamento e nenhuma sinalização para indicar a movimentação de veículos. Esses fatos foram constatados pelo Setor de Segurança do Trabalho e membros da CIPA - Comissão Interna de Prevenção de Acidentes daquela empresa.

Pela importância do pleito, aguardamos um parecer favorável dessa Pasta.

**REQUERIMENTO Nº 527**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa após a aprovação do Plenário, o envio de expediente aos Senhores Doutor Cândido Manuel Martins de Oliveira,



Secretário de Estado da Segurança Pública, e João Dário de Oliveira, na Assessoria de Coordenação dos Conselhos Comunitários de Segurança, solicitando a instalação de subsede do Instituto de Criminalística do Paraná no Município de Campo Mourão e demais providências. Requer ainda que, da decisão do Plenário, sejam cientificados os Senhores Rubens Bueno, Prefeito Municipal; Doutor Luiz Gonzaga de Oliveira Aguiar, Presidente do Conselho Comunitário de Segurança de Campo Mourão (Av. Manoel Mendes de Camargo, 1490, sala 103 - CEP: 87303-120); Vereadores Valdemar Ibba (Presidente da Câmara Municipal), Júlio Vieira dos Santos, Luiz Carlos Kehl e Vereadora Bárbara Raymundo Couto Piacentini, estes à Rua Francisco Albuquerque, 860, CEP: 87301-130, Campo Mourão, Paraná.

Sala das Sessões, em 19.03.96.

(a) NELSON TURECK

#### JUSTIFICATIVA:

A instalação de subsede do Instituto de Criminalística em Campo Mourão, mais que antiga aspiração de todos os segmentos preocupados com a segurança e bem-estar da população, torna-se a cada dia mais e mais necessária.

Quando da necessidade de qualquer perícia, desde a mais simples até as mais sofisticadas, restam à 16ª Subdivisão Policial de Campo Mourão, duas alternativas: enviar pessoal não habilitado ou solicitar pessoal habilitado a cidades como Maringá, distante 80 km de Campo Mourão.

É necessário e imprescindível também, a contratação de um mínimo de 15 elementos de campo para o Polícia Civil da 16ª Subdivisão Policial, pois o efetivo disponível é discrepante em relação às necessidades do município: aproximadamente 09 elementos que, alternados em turnos de trabalho, período de férias, licenças e outros, resultam em efetivo total médio de 06 elementos.

Faz-se necessário também a destinação de 04 viaturas para aquela Polícia Civil, sendo duas delas, caracterizadas, uma no padrão "camburão" para transporte de detentos, a outra, para tarefas diversas, e duas descaracterizadas para trabalhos de investigação, além de outras 06 viaturas para o patrulhamento do quadro urbano, na seguinte distribuição: duas viaturas para cada um dos seguintes conjuntos de bairros: Lar Paraná e Cohapar; Vila Urupês e Jardim Cidade Nova; Jardim Aeroporto e Tropical I e II.

Acrescentamos ainda a necessidade da destinação de verba de combustível na proporção de 300 km/dia por viatura, quer para a Polícia Civil, quer para a Militar.

A vista do exposto, comilhamos a acolhida dos nobres colegas para o justo pleito.

#### REQUERIMENTO N° 631

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Deni Lineu Schwartz, Secretário de Estado dos Transportes, solicitando a construção de uma rodovia ligando os Municípios de Pinhão - Inácio Martins, numa extensão de aproximadamente 33 km.

A presente solicitação tem como principal objetivo, proporcionar melhores condições de trafegabilidade entre os municípios, através de rodovias pavimentadas, propiciando o escoamento das safras agrícolas.

Sala das Sessões, em 19.03.96.

(a) TOTI COLAÇO

#### REQUERIMENTO N° 634

Senhor Presidente.

O Deputado Ricardo Chab que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de correspondência ao Excelentíssimo Senhor Doutor Pedro Malan - Digníssimo Ministro da Fazenda com a sugestão de que se apliquem aos pequenos e médios empresários as mesmas regras aplicadas para a securitização da dívida - no prazo de 10 anos - dos pequenos agricultores.

Tal sugestão se embasa no artigo 5º da Constituição da República Federativa do Brasil que determina "todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza". Os pequenos e médios empresários muito contribuem para o progresso e crescimento do nosso País, por isso, é questão de justiça estender-se a eles também aos benefícios da securitização das dívidas nos moldes aplicados aos pequenos agricultores.

Assim, Senhor Presidente, apresente este requerimento para o qual espero contar com o apoio dos nobres Pares.

Sala das Sessões, em 19.03.96.

(a) RICARDO CHAB

#### REQUERIMENTO N° 384

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, pedido de informações ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado do Planejamento, Indústria e Comércio, fazendo os seguintes questionamentos:

1 - Qual é realmente o valor do investimento da Empresa Renault, na instalação da sua fábrica em São José dos Pinhais?

2 - Qual é realmente a participação de recursos públicos que o Governo do Estado

garantiu ao empreendimento?

3 - Qual é o valor da participação de capital privado que o Governo do Estado garantiu ao empreendimento, e quais são os grupos que já manifestaram interesse?

4 - Qual foi a extensão da renúncia fiscal que o Estado do Paraná deu ao empreendimento, compreendendo valor e período, e em qual lei se baseou?

5 - De qual dotação orçamentária o Governo do Estado retirará o recurso para compra do terreno em São José dos Pinhais?

6 - Como pretende o Governo do Estado evitar o dispositivo da Lei Federal nº 8.666/93, que veda doações pelo Estado?

7 - Se já foi ou estão sendo realizados estudos de Impacto Ambiental, visto que aquela área é considerada de preservação permanente por causa dos mananciais?

8 - Qual o critério usado para estabelecer o preço de compra por metro quadrado da área a ser doada à Renault?

9 - Qual a empresa ou instituição que realizou a avaliação na área a ser doada. A Procuradoria Geral do Estado já fez a avaliação?

10 - Qual é o saldo do Fundo de Desenvolvimento do Estado - FDE, que tem como agente financeiro o Banco do Estado do Paraná?

11 - Qual será o investimento da COPEL e SANEPAR para atender a fábrica?

12 - As tarifas a serem cobradas pela COPEL e SANEPAR da fábrica da Renault serão subsidiadas?

13 - Qual é a participação do Senhor Carlos Alberto de Oliveira Andrade, do Grupo CAO, importador oficial da Renault no Brasil, no empreendimento?

Sala das Sessões, em 19.03.96.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

#### REQUERIMENTO Nº 639

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Reinhold Stephanes Júnior, Secretário de Estado da Administração, as seguintes informações, no que diz respeito a contratação de empresa para fazer exame admissional dos professores:

- Quantas e quais empresas participaram da licitação?

- Qual a vencedora e sobre qual critério?

- Cópia do contrato.

Sala das Sessões, em 19.03.96.

(a) DOUTOR ROSINHA

#### REQUERIMENTO Nº 640

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, Pedido de Informação ao Exmo. Sr.

Miguel Salomão, Secretário de Estado da Fazenda, solicitando informações:

1 - Quantas e quais empresas retiraram cópia do Edital de Licitação do BANESTADO VICAD/DINFO nº 133/95.

2 - Quais apresentaram proposta?

3 - Qual foi a empresa vencedora e quais os critérios usados?

4 - Houve algum recurso administrativo ou ação judicial de alguma empresa em relação a este processo?

4.1 - Se houve ação judicial, qual o seu número e em que Vara está tramitando?

5 - Cópia do contrato assinado entre a empresa vencedora e o BANESTADO.

Sala das Sessões, em 19.03.96.

(a) DOUTOR ROSINHA

#### REQUERIMENTO Nº 641

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a ouvida do Plenário, informações ao Exmo. Sr. Deni Lineu Schwartz, DD Secretário de Estado dos Transportes, sobre o procedimento de operação das balsas "ferry-boat" entre o Distrito de Caiobá e a Cidade de Guaratuba, na Baía de Guaratuba, principalmente em relação ao estado do contrato de concessão para operação de balsas de travessia com a empresa F. Andreis e sobre o atual estágio de operação das balsas "ferry-boat" operadas pelo DER/PR.

As informações pelo presente requerimento solicitadas são necessárias para o esclarecimento da população paranaense e da comunidade do litoral em relação ao que está ocorrendo no procedimento de concessão do transporte via balsas "ferry-boat" na Baía de Guaratuba, eis que foram repassadas informações sobre o corte de jornada extraordinária e adicional noturno dos servidores públicos marítimos da região e sua substituição por empregados particulares da empresa F. Andreis.

Por outro lado, o contrato original de concessão do transporte via balsa com a referida empresa na Baía de Guaratuba encerrou-se no último dia 15 de março, o que torna ainda mais estranha a situação em exame. Tal situação, se confirmada e não esclarecida, configura grave ilegalidade e uso indevido do patrimônio público por particulares, eis que, nos termos constitucionais, qualquer concessão de serviço público deve ser precedida de regular licitação. Neste sentido, com fundamento no princípio da transparência administrativa (art. 37, "caput", da Constituição Federal), solicita-se as informações necessárias ao esclarecimento público da situação exposta.

É o que se requer.

Sala das Sessões, em 19.03.96.

(a) ÂNGELO VANHONI

## REQUERIMENTO N° 513

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em sua totalidade, nos Anais desta Sessão, o artigo intitulado "Imprensa também teve importante papel para a vinda da Renault ao Paraná", do Jornal Gazeta do Povo, edição de 15 de março de 1996. Nele, nota-se, constata-se, o fundamental desempenho que parcela da nossa imprensa teve para a vitoriosa vinda da indústria francesa ao nosso Estado. De maneira especial, a se destacar o papel que o jornalista empresário de comunicação Francisco Cunha Pereira Filho, Presidente do Jornal Gazeta do Povo teve neste episódio. Há mais de 10 (dez) anos, ele, juntamente com o Cônsul da França em nosso Estado, visitou a alta direção da Renault na França e exibiu informações sobre o Paraná, mostrando a conveniência de instalar uma filial aqui. Hoje, com a visão de estadista do Governador Jaime Lerner, a semente plantada há uma década revela uma feliz realidade, que é a desisção da Renault em se instalar na região metropolitana de Curitiba, com geração de empregos diretos e indiretos aos milhares, impostos, serviços e uma série de benefícios a toda a nossa comunidade.

Há de se registrar este fato, resgatando mais uma dívida do Paraná para com o Dr. Francisco Cunha Pereira Filho, que ao longo de toda a sua vida sempre defendeu os interesses do Paraná, liderando campanhas paranistas memoráveis.

Ao nosso Governador, a gratidão e o reconhecimento de todos nós, por sua conduta impecável, traduzida em atos e práticas da melhor política, que sensibilizaram os dirigentes da indústria francesa. Mas ao mesmo tempo, o aplauso desta Casa ao papel da imprensa e de maneira toda especial, ao Jornal Gazeta do Povo e seu Diretor Presidente.

Sala das Sessões, em 19.03.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

## Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 069/96  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

## D E C R E T A:

Art. 1° - Concede o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná, ao Dr. Luiz Carlos Borges da Silveira.

Art. 2° - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as dis-

posições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.03.96.

(a) CÉSAR SELEME

## JUSTIFICATIVA:

Luiz Carlos Borges da Silveira, nascido na Lapa/PR, em 21 de abril de 1940, filho de Darci Borges da Silveira e Dona Maria Helena K. da Silveira, com formação superior na área de Medicina pela Universidade Federal do Paraná com pós-graduação em Administração Pública.

Vem de uma família modesta, o pai se-leiro e neto de carroceiro, exerceu o cargo de Chefe de Gabinete do Departamento de Assistência Técnica dos Municípios, onde teve sua primeira experiência político-administrativa. Foi eleito vice-Prefeito da Cidade de Pato Branco/PR em 1976, onde atuou defendendo a renovação política e contando com o apoio de amigos e foi eleito Deputado Federal pela ARENA. Assessorou Tancredo Neves pelo PP (Partido Popular), foi Deputado Federal Constituinte.

Enquanto Deputado, empenhou-se na implantação de uma política de saúde definida por um sistema nacional de saúde. Durante a sua gestão de Deputado Federal, foi vice-Presidente da Comissão de Saúde da Câmara Federal, foi coordenador do segundo, terceiro e quarto Simpósio Internacional de Saúde; presidiu o Parlamento Nacional de Saúde.

Em 1987, com a convocação da Assembléia Nacional Constituinte, estabeleceu-se a unificação do Sistema de Saúde regulamentada pela Lei Orgânica de Saúde, criou-se o Sistema Único de Saúde, sendo o Dr. Borges convidado a ser Ministro da Saúde, onde permaneceu por 15 (quinze) meses, tendo saldos positivos da sua atuação, apesar das dificuldades, proporcionou à criança a atenção da equipe do Ministério, através da OPAS - Organização Panamericana de Saúde, e FUNAP - Fundo das Nações Unidas para as Atividades de População. Implantou as coordenadorias materno-infantil nos Estados, seguindo as metas do Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher e da Criança.

Implantou um trabalho de orientações das ações para um trabalho educativo da população com o objetivo de controlar doenças diarreicas, infecções respiratórias, dando ênfase às campanhas de vacinação que atingiram altos índices de cobertura em todo o País.

Para o êxito do seu plano de ação do Ministério, capacitou cerca de 3.000 (três mil) profissionais. Expressivos resultados também foram obtidos no Programa Nacional de Imunizações e Programa de Auto-Suficiência em Imunobiológicas. O seu programa alcançou uma queda significativa na incidência de doenças evitáveis, o combate à AIDS foi viabilizado por uma política de

prevenção e assistência aos doentes.

O atendimento médico-hospitalar foi estendido a todas as unidades federadas, onde procurou-se treinar pessoal para a assistência e diagnóstico laboratorial.

A nível de programas desenvolvidos, poderíamos enumerar centenas, porém, a lista seria extensa, mas vale a pena lembrar que todos os municípios paranaenses foram beneficiados com algum recurso do Ministério da Saúde em sua gestão.

Borges da Silveira teve uma atividade parlamentar intensa, participando de todos os setores e comissões na área de saúde.

Sabemos que o nosso grande amigo do Paraná recebeu inúmeras homenagens e condecorações, porém em seu curriculum ainda não consta a homenagem do Estado do Paraná, por tudo o que fez e faz pelo nosso Estado, entendemos pois merecedor do Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná.

PROJETO DE LEI N° 070/96  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres do Colégio Estadual Manoel Romão Netto, com sede em Porto Rico.

Art. 2° - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.03.96.

(a) WALMOR TRENTINI

JUSTIFICATIVA:

A APM do Colégio Estadual Manoel Romão Netto, é uma associação civil sendo órgão de representação dos pais e professores do estabelecimento, sem fins lucrativos, de duração ilimitada, com sede em Porto Rico (declarada de Utilidade Pública Municipal, Lei n° 109/95).

São objetivos da APM programação de ações de assistência ao educando; programação do uso do estabelecimento em períodos ociosos; criação de clubes de mães; indicação de alunos para bolsa de estudos; prestação de contas da aplicação de contribuição comunitária; celebração de convênios, contratos, aplicação dos respectivos recursos e prestação de contas; atribuição de conservação e manutenção do prédio escolar e suas instalações e preparação da merenda escolar; contratação de pessoal para execução de serviços.

Esta associação civil necessita receber os benefícios da legislação estadual referente à declaração de Utilidade Pública.

Tendo em vista os motivos supracitados contamos com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da proposição que ora

apresentamos.

PROJETO DE LEI N° 071/96  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a privatizar o Serviço de Transporte Marítimo de Veículos - Ferry Boat, na Baía de Guaratuba.

Art. 2° - No prazo de 90 (noventa) dias da publicação desta lei, o Poder Executivo tomará as medidas necessárias para a abertura de Concorrência Pública para a exploração daquele serviço.

Art. 3° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.03.96.

(aa) RENATO ADUR

ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

O transporte marítimo de veículos na Baía de Guaratuba deve ser privatizado da mesma forma que é o transporte rodoviário de passageiros.

Já existem um bom exemplo ocorrendo na Baía de Paranaguá, mais precisamente em Pontal do Sul na ligação com a Ilha do Mel.

A privatização, além de aliviar o Estado de um serviço deficitário, modernizará aquele meio de transporte obrigatório aos que demandam a Guaratuba pela estrada que leva também à Paranaguá.

O benefício que esta lei trará ao desenvolvimento turístico de Guaratuba será sem precedentes, evitando-se as quilométricas filas que se formam nos meses de verão, além de evitar o congestionamento e o perigo do tráfego na outra opção de ida ao Litoral que seria pela BR-101, denominada de "Corredor da Morte".

PROJETO DE LEI N° 072/96  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica alterada a redação do inciso II, do art. 4°, da Lei n° 11.280, de 26 de dezembro de 1995, que passa ser a seguinte:

"Art. 4° - ...

I - ...

II - 1,5% (um inteiro e cinquenta décimos por cento) para veículos destinados à locação, pertencentes a empresas locadoras ou que detenham estas a posse através de arrendamento mercantil (leasing) ou outra modalidade.

III - ...

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as dis-

posições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.03.96.

(a) NELSON JUSTUS

#### JUSTIFICATIVA:

A presente modificação do dispositivo em tela visa corrigir a redação, sem contudo alterar substancialmente o conteúdo, da Lei nº 11.280.

A redação atual do inciso II do art. 4º da já mencionada lei demonstrou-se imperfeito nos fins pretendidos por não estar clara a aplicação nos veículos adquiridos através do arrendamento mercantil (leasing). Boa parte da frota das empresas locadoras (80%) é constituída por veículos adquiridos através dessa modalidade não podendo assim ser atendido como de propriedade destas, as quais detêm a sua posse. Por este fato a inclusão na redação proposta da expressão "pertencentes ou de posse" das empresas locadoras.

A matéria em questão visa reduzir o custo operacional das empresas locadoras de veículos, no que indiretamente fomentará a economia paranaense, onde se beneficiarão o Estado e o povo do Paraná.

#### PROJETO DE LEI Nº 073/96

A Assembleia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná, autorizado por esta Casa de Leis a conceder o exame de D.N.A., a pessoas comprovadamente sem recursos econômicos para fazer frente e arcar com o custo elevado, na realização de referido exame.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.03.96.

(a) JOCELITO CANTO

#### JUSTIFICATIVA:

Tal proposição, Senhor Presidente e nobre Deputado, visa unicamente em beneficiar e dar possibilidade para que as pessoas sem recurso econômico, quando solicitado pelo Poder Judiciário procedam o caríssimo exame de D.N.A. pois somos sabedores que tal exame, Exas., tem um custo caríssimo e fogem das possibilidades destas pessoas em realizá-los quando solicitado, em exame de investigação de paternidade. Cujas ações costumadamente tramita nas varas cíveis de nosso Estado.

Em razão de somente o Senhor Governador do Estado poder determinar tal procedimento, é que apresentamos tal projeto de lei às suas apreciações, e conseqüente aprovação.

Tal proposição, Exas., ora apresentada por nós é por conhecermos a preocupação de V. Exas., bem como do Exmo. Sr. Governador

do Estado em atender a população paranaense da melhor maneira possível, especificamente os mais carentes para fazer frente a despesas imprescindíveis que gera referido exame.

Em assim sendo, pelas razões acima expostas, e por outras mais conhecidas por V.Exas. da situação de penúria em que vive nosso sofrido povo, é que apresentamos o presente projeto de lei, que com toda certeza será acolhido e aprovado por V. Exas..

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - No Pequeno Expediente concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, o Deputado Luiz Claudio Romanelli

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Sr. Presidente, Senhores Deputados, confesso Deputado Rossoni que não esperava ter que vir ocupar a tribuna - é porque não quero cansá-los aqui, diariamente vir a tribuna - para fazer comentários sobre o que acontece no nosso Estado. Eu confesso que ontem, ouvi na televisão à noite, um anúncio pelo Governador do Estado da isenção das famílias mais pobres não pagarem a tarifa ainda da energia elétrica. Eu falei: meu Deus do céu! Graças a Deus!

Nós da oposição temos que nos considerar vitoriosos. Por quê? Pelas mais diversas razões: pelos apelos recebidos. Eu tenho visto a manifestação, inclusive, não só dos Deputados da oposição, mas também da situação, tendo em vista o impacto que o aumento na tarifa da energia elétrica, que causou nos orçamentos das famílias mais pobres. E com alegria vi aquela notícia.

E, hoje, Deputado Rossoni, Deputado Antonio Belinati, nós pegamos os jornais, vamos ler os jornais, Deputado Alborghetti, e não são minhas as palavras, as palavras são do Presidente da COPEL, o Sr. Irigoien, os Srs. sabem e eu participei junto com outros cidadãos: deputado federal, vereadores, o Presidente do PT de um debate na CNT.

Essa televisão que está sendo dirigida, aliás, agora bem dirigida pela família Martinez do Paraná.

E naquele debate, nós justamente discutimos a questão da COPEL. E uma das questões que eu levantei naquele debate, Deputado Vanhoni, foi sobre a situação das famílias mais pobres do Chile, que é um País onde a tarifa de energia está muito elevada e, que as famílias mais pobres de lá, têm que fazer uma opção, ou seja, se for para acender a luz dentro de casa, se for ter energia elétrica para ligar a geladeira, não pode tomar banho de água quente, porque senão não tem como pagar a tarifa no final do mês.

Muito bem! O Senhor Ingo Hubert, no Governo do Estado tem defendido, dizendo que quem aumentou a tarifa de energia elétrica foi o Governo do Estado com uma frustração de tarifa pelo Denae. O governo aumentou, mas quem aumentou mesmo, para valer foi o Governo Federal. E, ontem, por este ato na verdade, nós vimos o desmentido oficial do próprio governo, porque reconheceu que quem dá subsídios, reduz, aumenta, a tarifa, é o Governo do Estado e não é o Denae. Porque senão, não teria como fazer essa isenção.

Estas são uma das características, Srs. Deputados, porque nós não podemos continuar a ser enganados pela propaganda daqueles que fazem, claro, a propaganda, o "marketing" do Governo. Vai alguém na televisão e diz que a tarifa subiu por culpa do Governo Federal e que quem falar contra o aumento da tarifa está sendo desonesto.

Então, eu queria na verdade em primeiro lugar reconhecer que o Governo Jaime Lerner precisa urgentemente trocar o pessoal da área de comunicação, porque eles estão chamando o Governador de desonesto. Porque se o Governador mandou isentar a tarifa para quem é mais pobre, é porque de fato ele não está satisfeito com isso. Então, o Governador tem que tomar providências em relação a sua comunicação social.

Mas eu queria, na verdade, chamando a atenção para esse aspecto, para trazer ao conhecimento dos Senhores aqui o que disse o Presidente da COPEL ontem. Está aqui nos jornais, nos principais jornais aqui da capital, o Jornal Indústria e Comércio, o Estado do Paraná, o Jornal do Estado. E o Presidente Ingo Hubert, diz o seguinte - vamos pegar o Estado do Paraná em homenagem ao Dr. Paulo Pimentel - e o jornal diz o seguinte, o subtítulo diz assim: "Sem banho quente". O presidente da Companhia de Energia Ingo Hubert disse que as famílias beneficiadas vivem em casas com até 60 metros quadrados, três cômodos, três lâmpadas, três tomadas, um televisor monocrômico (preto e branco) e uma geladeira. "Quem possui chuveiro elétrico com certeza excede esse limite, a não ser que não tenha geladeira." (explicou o Presidente da COPEL).

Seria, na verdade, motivo da gente rir aqui na tribuna, se isso tudo não fosse sério. Não é possível o Governo anunciar um subsídio de 2 milhões e meio de reais - e o Presidente da COPEL candidamente reconhece o seguinte: "Olha, para a COPEL até que não vale a pena, não vai ter muito problema a gente isentar essas famílias mais pobres aqui".

Para leitura e entrega da fatura na residência a COPEL gasta 90 centavos, e a tarifa hoje para essas famílias, para quem

consome até 30 Kwh hora, é de um real e 25 centavos, ou seja, na verdade de nada adianta o governo anunciar que resolveu o problema da retirada de subsídios que a COPEL fez porque saibam os Senhores, por um lado é concedido aqui um desconto, uma isenção a essas famílias que não vão conseguir se beneficiar disso, porque ou vão ligar a televisão para assistir o Carlos Simões em preto e branco ou vão ter que deixar de tomar banho. Vão ter que fazer uma opção, Deputado Simões, ou assistem a televisão ou vão ter que deixar de tomar banho quente.

Por isso, que eu quero na verdade, chamar a atenção dos Senhores Deputados, do Governador do Estado Jaime Lerner - ora, o Governador é um homem que se chegou a este posto com 2 milhões de votos, é porque tem sensibilidade, e ele precisa parar um pouco e pensar nas propostas que lhe são oferecidas. Porque não é possível a COPEL querer, o Presidente da COPEL, não a COPEL como Instituição, querer tirar 180 milhões de reais da população, justamente da população mais pobre e sofrida do Estado, e querer com a outra mão economizar 2 milhões e meio de reais, porque vai deixar de fazer a leitura dessas contas que são justamente da população mais pobre.

Por isso, Senhor Presidente, Srs. Deputados, eu quero crer o seguinte, muito se discute aqui nesta Casa sobre a formação de uma CPI da COPEL. E eu confesso que tenho sérias dúvidas sobre isso, de transformar a COPEL no caso de investigação, de uma CPI, eu tenho dúvidas Deputado Rossoni, eu tenho muitas dúvidas sobre isso porque a COPEL é a nossa melhor empresa, é uma empresa que orgulha a todos os paranaenses.

Agora, reconhecidamente o Governador Jaime Lerner, Deputado Zuk, tem que fazer alguma coisa, ele tem que fazer com que se interrompa esta série de paspalhices que o Presidente da COPEL tem feito. Não é possível que o Governador seja tão mal assessorado, o Governador tem, em quem o rodeia gente muito mais preparada, capacitada, ele que nomeie gente com condições de dirigir a empresa COPEL. Não é possível que nós continuemos assistindo, diariamente a participação desse Presidente da COPEL de forma tão atrapalhada e o que é na verdade, aparentemente, um grande benefício acaba se transformando na verdade num pesadelo, porque nós vimos essas famílias tendo que ou assistir o Carlos Simões ou ter que tomar banho quente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Concedo um aparte ao Deputado Valdir Rossoni.

O Sr. Valdir Rossoni (Aparte) - Eu só que-



ria dizer ao Deputado Romanelli, pelo que eu estou notando o Sr. poderia dar duas sugestões para nós hoje: uma indicação para área de Comunicação e uma indicação para Presidente da COPEL. Até talvez o Sr. que é tão acostumado a compor Governos, a sua indicação nós levaríamos em consideração.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Agradeço Deputado Rossoni, e queria é claro aproveitar a oportunidade e recomendar V.Exa. como chefe da Casa Civil e quem sabe lá no Palácio tem alguém pensando politicamente, bobagens iguais a essa não ocorra. Concedo o aparte ao Deputado Vanhoni.

O Sr. Angelo Vanhoni (Aparte) - Deputado quero parabenizar V. Exa. pelo pronunciamento e por alertar a Assembleia. Acho que o Presidente da COPEL está sendo bastante infeliz. Porque em primeiro lugar o Presidente da COPEL vem a público num "realese" de mandado a Impressão é quando questionado a respeito do tarifação e de algumas outras questões relativas a COPEL, chamam os deputados da Assembleia Legislativa de burros, praticamente faz uma afronta a um poder constituído do Estado do Paraná que não os deputados da Assembleia Legislativa ele não nomina os Deputados, ele generaliza à sua crítica e até agora não houve nenhuma manifestação por parte do Presidente da COPEL no sentido de se retratar. E agora o Presidente da COPEL vem com essa atitude, no sentido de isentar aqueles que consomem até 30 Kwts, impondo na realidade um padrão de consumo de energia elétrica para isto é, uma condição de miseráveis, para os miseráveis do Estado do Paraná. Aqueles que poderão acender apenas 3 focos, três pontos de luz, isto é, não poderão utilizar chuveiro elétrico. Quer dizer, a camada da população tem que ter a condição de vida mais difícil imposta pelo padrão do Estado do Paraná, porque a isenção Deputado Carlos Simões, para a família de baixa renda, isto é, para quem ganha um salário mínimo, dois salários mínimos é desde que não seja possível de que ele com o fruto do seu salário, possa comprar uma ducha Corona, para poder tomar banho num lugar aonde grande parte dos meses da nossa cidade é sobre um frio intenso. Se nós estivéssemos vivendo no Estado do Nordeste, onde a temperatura ambiente é uma temperatura elevada, a média anual é uma temperatura elevada, eu até poderia entender esta isenção aonde que não está incluso a possibilidade de uma família de baixa renda utilizar o chuveiro elétrico.

Acho que o Governo do Estado do Paraná não pode permitir esse tipo de coisa, é um descalabro o que está acontecendo.

Então V.Exa. tem razão em fazer este alertar, acho que mais uma vez a Assembleia Legislativa tem que tomar alguma posição. Acho que o seu alerta ao governo em que pese a bridadeira do Deputado Valdir Rossoni fez em relação a V.Exa., mas é um consenso Deputado Valdir Rossoni. Não dá mais para o Presidente da COPEL, primeiro chamar os Deputados de burros porque fazem questionamentos a respeito da tarifa. Ele foi para a televisão e disse que é desonesto, que questiona a imposição do aumento da tarifa que foi do DENAI, nós estamos com um pedido de informação que não foi o DENAI que simplesmente impôs. E nós estamos com provas disso através do Diário Oficial, queremos o documento que a COPEL, a COPEL não fornece. Então a informação é equivocada, está se passando uma informação errada para a população. Então, o Presidente da COPEL não recebe os Deputados, não responde a questionamentos simples que a Assembleia Legislativa está fazendo e, mais do que isso vem publicamente e chama os Deputados de burros, que não estão por dentro. Nós até podemos estar sendo incorretos na crítica que temos feito à COPEL, mas, esta imorregação é fruto de uma má informação que a própria COPEL, em função de não ter passado nenhuma informação para a Assembleia Legislativa. Neste sentido o Deputado Romanelli está correto em fazer estas observações. Era este o aparte, colaborar com o seu pronunciamento que eu acho que está pleno de razão do ponto de vista crítico.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Apenas para concluir, Senhor Presidente.

Gostaria que o Deputado Rossoni, que é um Deputado inteligente, preparado, fosse ao Palácio Iguaçu e conversasse com o Governador. Sentasse na frente dele e tivesse uma discussão franca, olho no olho do Governador e falasse, Deputado, o que o Senhor pensa sobre o Presidente da COPEL e sobre aquela empresa. O Senhor é um Deputado inteligente, não me disse nada fora do microfone, mas, Vossa Excelência está vendo como qualquer cidadão que as coisas da COPEL estão indo muito mal.

Quero apenas relatar um pequeno aparte para dizer como o Presidente da COPEL mente, quando fizemos o debate na CNT ele fugiu do debate, a cadeira dele ficou vazia, mas, no dia seguinte ele mandou release malcriado, Deputado Severino, para todos os jornais do Paraná fazendo comentário sobre a nossa participação.

Ele, por exemplo diz, Senhores Deputados: "Disse que as tarifas da COPEL aumentaram em 21%, este número não tem qualquer procedência, as tarifas estão congeladas desde abril de 1.994", e depois fala sobre a retirada dos subsídios.

Aí, Senhores Deputados, eu tenho um ofício do Presidente da COPEL, assinado por ele, datado em 14 de fevereiro, onde ele me diz aqui o seguinte: "que houve um reajuste de 21,7% no mês de novembro". No release que ele distribuiu para a imprensa ele disse que era mentira o que eu estava falando, e, no ofício ele afirmou que o fato aconteceu. Então vejam, Senhores, como é que o Governador Jaime Lerner está mal assessorado nesta questão da COPEL, e, se Deus quiser ele vai retomar o controle daquela empresa, colocar nos eixos, porque nós temos aí a construção de Salto Caxias, temos grandes tarefas pela frente, a COPEL é uma empresa grande, importante, e, ela não pode continuar com um testa de ferro dirigindo esta empresa. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Antes de passarmos a palavra ao próximo orador, Deputado Luiz Carlos Alborghetti, é com satisfação que a Mesa Executiva associada a todos os Senhores Parlamentares que conviveram com o ilustre Deputado Severino Félix e, aqueles desta Legislatura que, têm nesta figura um amigo, um companheiro e acima de tudo um homem que defende os interesses do Paraná com ou sem mandato. É com satisfação que nós o recebemos de volta a esta Casa de Leis. Com a palavra o Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Romanelli, Romanelli. Oh, meu querido Luiz Claudio Romanelli, deixa o Irqo para lá, já abaixou a luz. Esta tudo bem. É um espinhozinho. O Governador tem que agüentar, devagar se arruma a Casa. O Álvaro já teve alguns espinhos. Requião já teve alguns espinhos. Mas já abaixou a luz. Se tem geladeira, tem fogão, se tem rodapés. Tudo bem. Mas eu não vim aqui para isso, Deputado.

O ano passado, setembro do ano passado, fui chamado. Eu e o Deputado Ricardo Chab, o Jornal Tribuna do Paraná e o jornal Diário Popular. Nós fomos chamados. Repito. Eu, porque o Deputado Carlos Simões, não estava na área da Polícia. Está mais na área como analista político. Seu programa é mais dedicado a análise política. Então os principais programas da crônica policial é segundo o IBOPE, é eu e o Deputado Ricardo Chab.

Tive a curiosidade de atender ao chamado. E fui Deputado Toti, a Quatro Barras. Chegando a Quatro Barras, em companhia do Dr. José Roberto Jordão. Eis o que, a denúncia. Um poço, Deputado Chab, o Senhor esteve conosco. O poço. Dentro do poço, começaram a tirar cadáveres. Foram sete cadáveres, que tiraram do poço. Entre sete, sete crânios. Toda a ossada com os crânios, foi encaminhado. Eu volto um pou-

quinho atrás, paro. Porque não tinha uma máquina especial, para fazer a escavação. Teria que ser uma máquina de mineração, não o corpo de bombeiros, que pode estragar o local, porque ainda têm muitos cadáveres, naquele poço. Acredito que deve ter ali dezenas e dezenas de cadáveres. Dezenas e dezenas. Não estou mentindo Deputado Augustinho Zucchi. Deputado Ricardo Chab acompanhou. Eu e o Deputado Ricardo Chab, a Tribuna e o Diário Popular, Deputado Tavares.

Neste poço deve ter ainda, dezenas e dezenas de cadáveres. O que me chamou a atenção, que eu peguei um dos crânios nas mãos e me chamou a atenção, como estavam as balas no crânio. Todos os crânios, a bala vinha de trás. O assassino, o executor encostou a pistola e a bala. Todos os corpos, todas as cabeças, a bala, o orifício, aqui no crânio. Quer dizer, naturalmente a pessoa. Acredito, estou fazendo aqui uma suposição. Já foi para o IML, já voltou Deputado Tavares. Agora, hoje o Deputado Jordão, já pediu um novo exame e outro detalhe. O Laudo que o Deputado Chab extraiu ontem, toda arcada dentária, perfeita. Não era bandido, bem pobre, nem "pê-de-chinelo", que estava ali. Todos os dentes perfeitos tratados, todos os dentes de todos os crânios. Uma arcada dentária perfeita. Perfeitíssima. Não tinha uma cárie, tudo tratado. Quer dizer, eram pessoas, que eu acredito de classe média. E hoje de manhã fiz um comentário no meu programa de televisão, e já deu repercussão Deputado Romanelli. Todo o mundo está ligado. Porque que você está pensando, nisso? Inclusive, citei o nome de V.Exa., no final. Nós fizemos um debate a respeito da criminalidade.

Todo o mundo, Alborghetti, você não está indo longe demais? Não. Eu não estou indo longe demais. Acredito que o Deputado Chab, também, não esteja indo. Isso é problema da imprensa. Quer publicar, não quer publicar, isso é uma opinião minha.

No Chile, que Aliende, a filha dele. No último livro que acabei de ler, não a Casa dos Espíritos. No último livro agora Sombras. Ela diz que depois da morte do seu pai, que ele foi fuzilado pela ditadura. Eles escolhiam uma mina, no Chile. Todos os presos políticos do Chile, e assassinados e levados para aquela mina. E enterrados ali. Isso diz Tereza Aliende, filha do ex-Presidente Aliende, que foi assassinado pela ditadura. O que chegou à minha preocupação? O IML disse, ontem, que os corpos retirados de Quatro Barras têm mais de 15 anos que estão naquele poço. Há 15 anos era época da ditadura militar! Isso aqui é uma divagação minha. Estou fazendo uma suposição e vou brigar por essa suposição como Deputado e como homem de

televisão. Há 15 anos quem usava pistola 45 era exclusivamente as forças armadas. Os 7 crânios na mesma posição. Então acredito que, era feita uma fila e a pessoa se ajoelhava na frente do poço, executavam e caíam no poço. É um troço tetríco e ninguém abriu a boca até agora. Ninguém quer falar nada!

O Governador Álvaro Dias começou a modificar o IML - isso tem que ser registrado: o Álvaro Dias começou, o Roberto Requião não terminou e o Governador Jaime Lerner terminou. Hoje temos o melhor IML do Brasil, temos DNA agora, aqui. Não precisamos mais ir à Universidade de Campinas. Nós temos a maior equipe técnica dentro do IML. Então estou enviando ofícios à Comissão de Direitos Humanos; à OAB; à Comissão de São Paulo para que veja a lista dos desaparecidos no Paraná. Tem que ter a lista dos desaparecidos no Paraná. Pegue esta lista, vá ao IML e vamos fazer um exame da arcada dentária. A minha suposição aqui é séria. Os senhores não sabem onde é este poço. Tenho tudo filmado, crânio por crânio eu filmei ontem. A trajetória da bala é a mesma, os corpos são de 15 anos atrás, a ossada é de 15 anos atrás. A arcada dentária em todos é perfeita. Não é execução de bandido, não é execução de trombadinha, de queima de arquivo. Eu, a minha suposição, alguma coisa está errada, alguma coisa aconteceu há 15 anos atrás em Quatro Barras.

Um poço, são mais de 5 poços. Estamos fazendo um pedido, hoje, para que haja uma averiguação mais profunda, com uma draga para procurar mais ossos. Acredito que ali deva ter, mais ou menos, uns 30 ou 40 corpos dentro desse poço. Porque não conseguiram mexer mais. O Corpo de Bombeiros não conseguiu porque é muito profundo o poço e não tinha condições de tirar a terra. Então tem que ser uma draga devagar para ir tirando as ossadas para saber o que aconteceu.

Só deixo um ponto de interrogação. Há 15 anos atrás estávamos num regime militar, muita gente desapareceu no Brasil, muita gente desapareceu no Paraná. Acho de fundamental importância que a Comissão de Direitos Humanos e uma outra Comissão formada em São Paulo dos Desaparecidos Políticos do Brasil, confrontarem a arcada dentária dos desaparecidos com a arcada dentária dos crânios que foram retirados aqui deste poço em Quatro Barras. Fica, aqui, não uma denúncia, fica aqui, uma divagação, fica aqui, um ponto de interrogação. É muito sério o que está naquele poço em Quatro Barras. Só volto a repetir, a ossada é de quinze anos atrás e quinze anos atrás, Deputado Tavares, Vossa Excelência, que foi constituinte, que deu a sua vida no parlamento em Brasília, sabe

que há quinze anos atrás nós estávamos num regime de exceção, num regime de ditadura.

Então, fica um ponto de interrogação e eu espero que a diretoria da Polícia Civil do Paraná, me dizia agora de manhã, que vai fazer todo o possível e o impossível para descobrir o que aconteceu.

Inclusive, está sendo feito agora à tarde um exame para saber a cor, porque o Instituto Médico Legal agora já pode saber a cor, a idade, no Instituto Médico Legal o cadáver fala, no Paraná o cadáver fala, no Instituto Médico Legal do primeiro mundo o cadáver fala, então, nós vamos saber a cor, a idade, tudo vai ser levantado e eu espero que o Governo do Estado do Paraná possa tentar com a Polícia Civil do Paraná, com a Polícia científica, descobrir o que aconteceu há quinze anos atrás na época da ditadura no Município de Quatro Barras.

Muito Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Senhor Deputado Jocelito Canto.

O SR. JOCELITO CANTO - Senhor Presidente, Senhores Deputados, queremos inicialmente fazer o registro de agradecimento em nome do povo de Ponta Grossa, ao nosso Líder do Governo, Deputado Algaci Túlio, que tão bem conduziu ontem à tarde uma audiência que tivemos com o Governador, onde levamos ao Governador a preocupação de Ponta Grossa devido às chuvas que ocorreram no final de semana em Ponta Grossa.

Mas deixar bem claro que a nossa ida ao Palácio não se trata de nenhum acerto pessoal com o Governador.

Pelo contrário, foi justamente para reivindicar o que é direito do povo de Ponta Grossa, que é o direito a uma ajuda na necessidade que o povo está passando.

O Governador nos atendeu e garantiu recursos para a cidade de Ponta Grossa para ajudar as pessoas desabrigadas e as pessoas em dificuldades.

Então, fica este agradecimento ao nosso nobre líder do Governo e esta é a verdadeira função do líder do Governo nesta Casa, que é de fazer com que os Deputados, independente dos partidos, sejam recebidos por Sua Excelência o Governador do Estado.

Fica este agradecimento ao nosso Líder, Deputado Algaci Túlio.

Também gostaria de destacar nesta tarde, Senhor Presidente, que nós estamos entrando hoje nesta Casa com um projeto autorizatório ao Governo do Estado, que concede às pessoas o direito de fazer o exame do DNA sem pagar absolutamente nada, as pessoas mais simples e as pessoas que não podem pagar.

Existem inúmeras pessoas, principalmente mulheres no Paraná que necessitam fazer o exame do DNA para provar a paternidade de seus filhos e encontram dificuldades por ser um exame bastante caro.

Então nós entramos com este projeto autorizatório hoje com que o governo libere esse exame e que as pessoas mais simples tenham direito de fazê-lo sem pagar nada, porque é um exame bastante caro e este exame prova a paternidade e isso ajuda a resolver alguns casos pendentes na justiça.

Nós vamos entrar com esse projeto hoje e esperamos o apoio dos demais companheiros.

Estávamos acompanhando atentamente o pronunciamento do Deputado Romanelli com respeito ao subsídio cortado através do Governo do Estado para as famílias mais simples, subsídio da energia elétrica.

E queremos dizer que nós também não concordamos com essa queda do subsídio e para tanto, estamos preparando um Projeto que vamos entrar nesta Casa, solicitando ao nosso Governador e à COPEL, que volte o subsídio como era anteriormente, em que as pessoas pagavam antes, como era antes, ou seja sem o corte do subsídio.

Por isso nós vamos fazer um Projeto, vamos remeter a esta Casa para discussão, para que volte o subsídio como era anteriormente.

E quanto aos 30 quilowatts autorizados pelo Governo, nós estávamos lembrando que o Governo Federal criou uma Lei, de que as pessoas que gastassem menos de 60 quilowatts teriam direito ao Vale-gás. É um projeto polêmico do Governo Federal e que muita gente, sendo o dobro dos trinta, não conseguia atingir a média.

Me lembro que a gente era procurado diariamente por pessoas em Ponta Grossa e nos Campos Gerais que queriam saber se tinham direito ou não, na verdade a população consome, a população de classe média e baixa, consome no mínimo, 60,70 quilowatts do vale-gás. Portanto, seria importante uma pré avaliação do Governo e quem sabe voltar o que era antigamente, ou seja, a volta do subsídio como era anteriormente.

E para finalizar, Senhor Presidente, Senhores Deputados, Deputado Nelson Tureck, nosso companheiro do PDT, demais Deputados, ao encerrar nossas palavras uma vez mais, lembramos que a cidade de Ponta Grossa está a solicitar o que lhe é de direito.

O direito de ter um Secretário de Estado, no Primeiro Escalão.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

Muito obrigado, Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra, Deputado Sérgio Spada.

O SR. SÉRGIO SPADA - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Brasil, Argentina e Paraguai fazem acordo de combate ao narcotráfico sem fronteiras.

Protocolo de intenções prevê atuação conjunta das Polícias Federais e Estaduais.

A partir de agora as polícias do Brasil, Argentina e do Paraguai poderão atuar nos três Países sem fronteiras e burocracias num trabalho integrado de combate ao narcotráfico, ao contrabando e ao crime organizado.

O Ministro da Justiça, Nelson Jobim, assinou ontem com os Ministros do Interior da Argentina Carlos Corach e do Paraguai Diógenes Martínez, em solenidade na Casa Rosada, em Buenos Aires, na Argentina, esse acordo na presença do presidente Carlos Menem.

A cidade de Foz do Iguaçu será o símbolo do protocolo que marca novo momento na relação das polícias.

Até agora, Senhor Presidente, Senhores Deputados, era impossível em qualquer dos três países a entrada de policiais estrangeiros no seu território.

O acordo prevê ainda implantação de um banco de Dados, para um controle mais rigoroso do tráfico de crianças e pessoas na cidade de Foz do Iguaçu, Cidade Del Leste e na Cidade de Porto Iguaçu na Argentina, Senhor Presidente, Senhores Deputados, considero da mais alta importância essa notícia da qual acabo de ler parte que foi dada na imprensa de ontem e de hoje de todo o Brasil.

Na verdade a operacionalização do combate ao crime organizado ao contrabando ao tráfico de drogas naquela região de fronteira é bastante complexo, bastante complicado.

Para nós que vivemos ali naquela região, vivenciamos o dia-a-dia, o quanto é difícil a atuação das polícias e o quanto sofre a população por esta falta de entendimento.

Tive a oportunidade de presenciar com os próprios olhos, policiais perseguindo ladrões de carros, cabriteiros, que vão com o carro para o lado da ponte e chegando perto da ponte têm que desistir da perseguição porque as vezes a própria Polícia Federal não permite que a Polícia Civil entre ali, ou a própria Polícia Civil ou a própria Polícia Federal, não permitindo que a Polícia Militar entre ali, criando um conflito inclusive de atribuições.

Muito pior ainda, se o veículo ultrapassar a aduana brasileira e chegar ao meio da ponte, o ladrão, o cabriteiro, o marginal passa para um verdadeiro paraíso, e ninguém mais lhe persegue num vizinho País.

Temos uma série de acordos e entendimentos, principalmente entre o Brasil e o Paraguai, bem intencionados e bem verdade, mas que na prática não surgem ou não surtem os efeitos desejados.

Por exemplo. Temos acordo entre o Brasil e o Paraguai, que garante aos cidadãos brasileiros que moram no Paraguai, o direito a propriedade, o direito a cidadania, o direito a documentação, mas sabemos que muitos dos brasileiros que lá estão, encontram muitas dificuldades para permanecer naquele País. Temos um acordo firmado entre o Governo Brasileiro e o Governo Paraguai, ratificado pelo Congresso Brasileiro, pelo Congresso paraguai, que prevê a recuperação de carros roubados no Paraguai, carros roubados no Brasil, que vão para o Paraguai, perante o próprio acordo, perante a Lei, são passíveis de recuperação no vizinho País.

Mas, na prática não surte o efeito. Em primeiro lugar de que o carro que vai para o Paraguai dificilmente vai ser localizado, porque não há ...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está esgotado o tempo de Vossa Excelência.

O SR. SÉRGIO SPADA - Só mais um minuto.

Para facilitar até a colocação em prática desses acordos, Senhor Presidente, eu vou usar um minuto do tempo da Liderança do PSDB, obrigado, nobre Líder.

Para facilitar a colocação em prática desses acordos que existem, quando falei ratificados inclusive pelo Congresso Nacional, é fundamental que aconteça esse tipo de entendimento entre os Países.

Onde a Polícia brasileira possa atuar no vizinho País, o Paraguai, assim como os Policiais Paraguaio e Argentinos, no Brasil.

Acredito que foi um grande avanço dos três Governos. Quero aqui enaltecer e parabenizar o trabalho do Governo Federal, governo Fernando Henrique Cardoso, do nosso PSDB e também o trabalho desse grande Ministro da Justiça Nelson Jobim, que foi o grande articulador desse entendimento.

Obrigado Deputado Cezar Silvestri e obrigado Presidente Anibal Khury.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra, o Deputado Toti Colaço.

O SR. TOTI COLAÇO - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados.

Queria apenas completar aqui de imediato, de início, completar a preocupação do Deputado Luiz Claudio Romanelli, quando ele falava, ele abordava o assunto da COPEL, apenas lembrando mais uma vez a esta Casa que tem procedimento a preocupação do ilustre Deputado.

Até porque o ex-Governador e hoje Senador José Richa, meu amigo particular de longa data, já publicamente demonstrou a sua preocupação com relação a COPEL, principalmente nos dias anteriores, nós víamos estampado em todos os jornais que circulam no nosso Estado, um depoimento do Senador José Richa, colocando claramente para o povo do Paraná a sua grande preocupação com relação ao que vem acontecendo com a Companhia Paranaense de Energia Elétrica.

Por isso que tudo que se fala aqui a respeito da COPEL neste exato momento, tem procedimento, tem razão de ser.

Em segundo lugar, quero deixar registrado nesta Casa a minha preocupação com relação ao setor madeireiro do nosso Estado.

A Região de Irati, principalmente, ela foi conhecida historicamente pela força das indústrias madeiras de Irati e de toda a região.

O que acontece nos dias atuais no setor madeireiro é digno de nós fazermos uma análise muito profunda a respeito do assunto.

Hoje na região de Irati, principalmente, e acredito em todo o resto do Estado do Paraná, são empresas das mais tradicionais, das mais antigas, que estão demitindo os seus funcionários, estão fechando as suas portas, e porque não dizer estão à beira da falência, na beira do caos.

O desemprego do setor madeireiro de Irati, principalmente, na indústria da exploração da madeira, do pinus hoje, é muito grande em toda a nossa região. Quero deixar esta nossa preocupação registrada nos Anais da Casa, porque estamos fazendo um levantamento na nossa região a respeito de quantas empresas estão fechando as suas portas. Muitas delas com um conceito de renome até internacional. E que hoje seria obrigada a fechar as suas portas, demitir os seus funcionários, encerrar as suas atividades, em razão evidentemente, da situação econômica que estão passando.

Não existe uma linha de crédito, não existe nenhum financiamento, não existe um apoio por parte dos governos que venha socorrer, um dos segmentos da nossa economia muito importante para a época que nós vivemos. E porque, não dizer foi o sustentáculo da nossa economia nas décadas passadas.

E por falar em setor madeireiro, gostaria.

Utilizo o Horário da Liderança do PMDB. E por falar no setor madeireiro, estou dando entrada num requerimento nesta Casa formando uma Comissão Especial.

Porque uma Comissão Especial? Qual a sua finalidade?

E qual o seu objetivo?

Todos nós sabemos que no Município de



Pinhão, principalmente, sempre tem sido palco de grandes embates, de grandes discussões com famílias dos sem-terras, e também com uma empresa que é detentora de uma grande área de terra no Município de Pinhão, mais precisamente a indústria de madeira João José Zattar. Que tem na verdade uma grande área de terra sobre o seu domínio, sob a sua responsabilidade a título de propriedade inclusive, na sua grande maioria.

Muitas reuniões já aconteceram lá no Município de Pinhão com as famílias dos sem-terras e com o representante da empresa Dr. João Batista Guerreiro Júnior, que representa a empresa neste grande acordo que se vislumbra no Município do Pinhão. E a conclusão que chegou, tanto o representante da empresa, como também os representantes das famílias dos sem-terra, que chega na casa de quase 500 famílias é a seguinte: Acordaram tanto a empresa, como também as famílias daquele município. A empresa coloca à disposição das famílias do movimento dos sem-terra daquele município uma área aproximadamente mais de 6 mil alqueires, para que sejam assentadas definitivamente as famílias que lá se encontram na busca incessante de um pedaço de terra para poder trabalhar. E em contrapartida pede a empresa que o Estado intervenha, e possa ser ressarcido pelo menos parte desta área pelo Governo Federal através das TDAS (?) e também pelo Governo do Estado, através talvez de uma isenção ou uma forma de quitar um débito de ICMS que a própria empresa possui com a Secretaria da Fazenda do nosso Estado.

Eu estou propondo a esta Casa, ao nosso eminente Deputado Anibal Khury, através de um Requerimento, que se forme a Comissão Especial de cinco membros desta Casa, para que possa intermediar esse grande acordo, que servirá para estabelecer de vez a paz no Município de Pinhão e, porque não dizer, poderá servir também como um modelo para poder o nosso Estado avançar na reforma agrária, com a participação do governo desta Casa e com a participação, principalmente, do movimento dos sem-terra, já consolidado de dentro do nosso Estado. E que esta Comissão, possivelmente, possa ter o apoio do Governo do Estado, através do IAPA, através da Secretaria da Agricultura, através também da Secretaria da Fazenda, com a participação também posteriormente do INCRA, do Movimento dos Sem-Terra e da própria empresa.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, espero que Vossas Excelências acolham este Requerimento; possam imediatamente designar cinco membros para compor essa comissão, para que dentro de um prazo de cento e vinte dias, possa o nosso Estado do Paraná dar um exemplo aos demais esta-

dos, que aqui se resolve os problemas dos Sem-Terra, o conflito na área agrária, na paz no entendimento e na fraternidade.

Era isso Sr. Presidente, Srs. Deputados. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado Antonio Belinati.

O SR. ANTONIO BELINATI - Sr. Presidente, Srs. Deputados, muitos foram os pronunciamentos nesta Casa, em cidades do interior, através do rádio, jornal, televisão, através de debates a respeito de uma medida bastante injusta, que o órgão do Governo Federal tomou, o DENAE, cortando o subsídio na tarifa de energia elétrica para a população de baixa renda.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, ainda ontem, eu tomava conhecimento de uma posição do Deputado Federal Nedson M., do Partido dos Trabalhadores, que chegou até anunciar a medida mais correta que eu vi e, como Deputado, porque a Câmara destes Deputados, em Brasília, ela tem essa atribuição, ele anunciou que tomaria uma medida, no sentido de tentar conseguir um decreto legislativo, para cancelar a portaria do DENAE, que cortou esse subsídio. Foi o parlamentar mais coerente em todas as posições que nós vimos e que tem essa atribuição como parlamentar federal.

E, hoje, Sr. Presidente, Srs. Deputados, quando pudemos através dos meios de comunicação acompanhar que alguns parlamentares estavam tentando fazer desse episódio, um palanque eleitoral, um palanque "caça" votos.

Quem sabe até alguns politiqueiros interessados, torcendo, fazendo figa, para que o pobre continuasse sendo prejudicado, continuasse com a tarifa pesada, para tentar usar da ingenuidade, da miséria e da desgraça de milhares e milhares de paranaense e tentar reverter alguns quadros eleitorais que lhe são desfavoráveis no Paraná.

E, hoje, Deputado Anibal Khury, conhecendo o coração que está em Vossa Excelência, seu alto espírito voltado sempre para atender esses clamores da população mais pobre do Paraná, eu tenho certeza que o Presidente Anibal Khury, pelo seu semblante, pelo seu aspecto, pelo seu visual, ele está deixando transparecer uma grande alegria, porque a medida tomada pelo Governador Jaime Lerner, foi uma medida que surpreendeu aos Deputados da coligação e muito mais até alguns oposicionistas a Jaime Lerner.

Tenho certeza, tenho convicção, tenho intuição de que esses políticos que estavam fazendo do tarifaço o Palanque eleitoral, vão ter a partir de agora, que procurar um novo discurso, porque nós



acompanhamos no Paraná, que eles pleiteavam, Deputado Algaci Túlio, eles queriam desconto, queriam a diminuição nesse aumento, queriam um parcelamento, e o Jaime Lerner, olhando e vendo o drama da população pobre do Paraná, tomou uma medida que eu nunca tinha visto nenhum Governador tomar, em nenhum canto do Brasil, tomou uma medida inédita, enquanto o adversário de Jaime Lerner pedia desconto, parcelamento ou redução no efeito do corte do subsídio, o Jaime Lerner simplesmente manda cortar, dar 100% de desconto 100%, quer dizer, acabou, tornou de graça a tarifa do pobre.

Creio que hoje, devem alguns politiquinhos estarem abismados, coçando a cabeça, assustados com a sensibilidade que o Governador Jaime Lerner tomou. Eu que participei no interior do Paraná de inúmeras reuniões, em Londrina, no Norte do Paraná, vendo o drama e o desespero de milhares de famílias. E a própria Rede Globo, a rede Paranaense de Televisão chegou mostrar para o Paraná, uma reunião, da qual eu tive a honra de participar na Câmara Municipal de Londrina, quando transmitimos aos Vereadores também a nossa preocupação com esse tarifação e a falta de respeito das figuras que dirigem o DENAI.

Mas o que eu queria colocar é que para a população pobre não existe DENAI, não existe subsídio, a palavra subsídio a população mais pobre mal consegue saber o que é subsídio, DENAI então, acho que quase todos os Deputados desta Casa, jamais tinham ouvido falar que em Brasília existe o tal de DENAI.

Se fizermos uma enquete agora aqui, para saber quantos Deputados são capazes de traduzir, dizer o que significa a palavra DENAI, muitos poucos, poucos Parlamentares vão dizer corretamente o significado da sigla DENAI.

Então, para o pobre, para o assalariado, para o desempregado, para o aposentado, realmente a ele não interessa a polêmica que se travou querendo falar em subsídio, falar em DENAI, o importante, acima de tudo, é que tenho certeza que até esta população de baixa renda está hoje bastante agradecida pelo gesto humanitário, porque esta medida altamente popular, humanitária, cristã, de respeito que o Governador Jaime Lerner demonstrou e provou com a população pobre do nosso Estado.

Portanto, eu que fiz severas críticas, compartilhei, associei-me, estive solidário com a população de baixa renda, estive solidário com vereadores, com líderes comunitários que fizeram grandes movimentos no Paraná, dizer que a vitória foi de todos que batalharam sem intenções pessoais, sem propósitos eleitoreiros numa causa social de tão grande importância, e queremos sobretudo louvar o grande Jaime Lerner,

dizer que ele entra para a história, porque provou com esse ato o seu respeito, o seu carinho, a sua consideração com a nossa população pobre do Paraná.

E volto a repetir para finalizar, enquanto os discursos eleitoreiros pregavam simplesmente um desconto que fosse aliviado o tarifação, o Governador Jaime Lerner sai muito adiantado, sai bem na frente e acaba com o discurso desses politiquinhos e dá à família pobre, o direito de ter em sua casa a energia elétrica de graça, porque se pagá-la, certamente ele vai ter que jejuar para poder cumprir com as suas obrigações perante a COPEL.

Nota 10, parabéns ao Governador Jaime Lerner por um ato de tão grande importância Social.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Comedo a palavra ao Senhor Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Ontem estivemos juntamente com o Governador Jaime Lerner no Município de São José dos Pinhais, numa data, como bem disse o Prefeito João Ferreira Costa da Cruz, numa data histórica para aquele Município, porque ontem a Câmara Municipal de Vereadores, fazia a entrega ao Prefeito da Lei aprovada na Câmara de vereadores que cria o Distrito Industrial de São José dos Pinhais, e a Companhia de Desenvolvimento de São José dos Pinhais. Fica criado o Distrito Industrial de São José dos Pinhais, destinado preferencialmente a implantação de indústrias e empreendimentos vinculados ao setor automotivo, conforme delimitação em mapa constante do projeto de Lei. São condições mínimas necessárias para a liberação de atividades e empreendimentos no Distrito Industrial de São José dos Pinhais. Conservaram os remanescentes florestais nativos das amostras mais vegetativas da área, sendo permitidas cortes de espécies, somente mediante autorização expressa do Órgão Ambiental Estadual. E aí a Lei tem uma série de itens, de como vai se criar esse Distrito Industrial, e de como vai se criar essa Companhia de Desenvolvimento, especialmente ligada ao setor automotivo.

Foi um momento importante vivido ontem, em São José dos Pinhais. Aliás como tem sido momentos importantes vividos por todos os paranaenses que estão evidentemente felizes, com o passo gigantesco que deu o Governador Jaime Lerner, com sua equipe de técnicos, de secretários, que silenciosamente, passando a perna nos mineiros, que tem o velho ditado de que trabalham em silêncio, acho que trabalhamos em silêncio maior ainda. E conseguimos

tudo dentro do que é permitido por Lei, tudo que é permitido pelo CONFAZ, a vinda para o Paraná dessa empresa a Renault.

Mas lamentavelmente parece que para o Paraná, parece que nós ainda aqui no Paraná, não adotamos a política dos gaúchos, dos mineiros, dos paulistas, dos cariocas, que tudo o que é bom para o Estado deles, é bom para todos os Partidos, é bom para todos os políticos. Aqui não. Não me lembro que em 12 anos de Assembleia todas as coisas boas foram possíveis serem feitas nos governos passados, nós aqui em momento algum tentamos colocar uma crítica ou dizer que aquele processo não era válido. No entanto, essa recíproca não é verdadeira agora, quando o Governador num esforço extraordinário num trabalho que teve a participação especialmente da imprensa do Paraná, que em momento algum se atravessou, em momento algum se preocupou em dar o furo da reportagem, consegue trazer para o Paraná a Renault. E, não é só a Renault. O que é importante destacar não é só a vinda da Renault, que vai possibilitar a industrialização do Estado do Paraná, mas, as dezenas de outras indústrias que virão se somar ao equipamento, ao material, ao parafuso, ao rebite, a roda, ao assento dos veículos que ali serão montados, que vão se instalar ao longo de São José dos Pinhais, de Almirante Tamandaré, de Pinhais, de Colombo, da Fazenda Rio Grande, dos municípios próximos que terão, evidentemente, a passagem por ali, do contorno que graças a Deus vai sair do papel.

Então, Senhor Presidente, ontem tive a honra de representá-lo neste evento lá em São José dos Pinhais, com a presença do Governador Jaime Lerner, do Prefeito João Ferreira da Cruz, do Vice-Prefeito Sérgio Muniz, do Presidente da Câmara de Vereadores, José Francisco Buhner, de toda a Câmara de Vereadores que, unanimemente votou pela criação do Distrito e também da Companhia de Desenvolvimento. Uma demonstração de grandeza dada pelos vereadores que já não estavam no município naquele dia, mas que foram avisados, voltaram de onde estavam, de seus afazeres particulares, de seus momentos de lazer e vieram, Deputado Alborghetti, vieram para a Câmara de Vereadores e, sem nenhuma contestação, mas olhando tão somente, e lá o Prefeito quase que não tem maioria na Câmara, tem uma oposição ferrenha lá, mas todos votaram favorável a esta Lei, a Lei 03/96 que cria o Distrito Industrial e cria a Companhia de Desenvolvimento.

Isto é um fato importante e que, merece ser destacado neste momento, quando ontem o Prefeito recebeu da Câmara de Vereadores e, na presença do Governador que fez questão de ir a São José dos Pinhais ontem, para prestigiar a Câmara de Vereado-

res e a Prefeitura local. Isso é uma demonstração de cidadania, nesta hora se esquece a que partido pertence, ou se sou amigo do Prefeito, do Governador, não, mas acima de tudo eu sou paranaense. E, foi desta forma que agiram os Vereadores, foi desta forma que agiu o Prefeito João Ferreira de São José dos Pinhais.

E vejam, trago aqui, Senhor Presidente, Senhores Deputados, matéria publicada no último domingo no "Jornal Folha de São Paulo" que diz: "Minas concedeu à Fiat incentivos bem maiores, o Estado teve participação acionária de 49,09% na implantação da Fiat"; os incentivos que o Governo Mineiro concedeu à Fiat Automóveis foram bem maiores que as concessões feitas pelo Governo do Paraná, à Renault que vai se instalar em São José dos Pinhais, próximo a Curitiba. Para comprovar isto nada melhor do que recorrer a um banco de dados. E, diz o articulista: "a implantação de um parque automobilístico no Estado começou a ser pensando no Governo Israel Pinheiro, em 1.966 e 1.971, como uma das soluções para fazer de Minas um Estado também industrializado, então só baseado na economia agrária"; aí vem falando do diagnóstico daquela região, aquela coisa toda, e mais atrás, num box aqui da matéria diz: "incentivos para a instalação da Fiat em Minas, terreno de 2.540 metros quadrados, pagos em 40 anos sem correção monetária, infra-estrutura de instalação financiada pelo CDI, participação acionária do Estado em 49,09% isenção de 25,06% do ICM por cinco anos, liberação de importação de máquinas e equipamentos, sem similares nacionais, permitida pelo Ministério da Fazenda, reembolso de possíveis prejuízos do empreendimento pelo Estado."

Então vejam, que os próprios. Outros Estados mostram de que o Paraná, seja evidentemente, um bom acordo, um bom incentivo para que a Renault viesse e atrás dela centenas, quem sabe até, de outras empresas que irão trazer.

Em primeiro lugar: a Industrialização, que o Governador colocou na sua campanha política, que agora começa a fazer acontecer. Emprego, utilizando a mão-de-obra, melhor que temos no País. Que é a mão-de-obra dos paranaenses, e que estão aqui, na Região Metropolitana. Estão aqui no município do Deputado Geraldo Cartário, do Deputado Neivo Beraldin, do Deputado Nelson Justus, do Deputado Cezar Silvestri, dos meus municípios, do município do Luiz Carlos Martins. Estamos aqui na Região Metropolitana, tem de todos, do Deputado Luiz Accorsi. Porque vieram também, das cidades dos Senhores Parlamentares, expulsos que foram pela detonização das fazendas, das indústrias, do que ficaram diferente, sem condição de melhor emprego.

Então queria fazer este registro Senhor Presidente. Dizer desta harmonia que existiu, e que está existindo. O Governo do Estado a Prefeitura de São José dos Pinhais, no sentido de trazerem para cá, a fábrica da Renault e outras que virão, também atrás dela.

Mas também, venho para dizer Senhor Presidente, que hoje pela manhã. Vivemos um momento de muita sensibilidade, no Palácio Iguazu. Quando a Primeira Dama do Município, a Secretária da Criança e Assuntos da Família Fani Lerner. Estava lá o Presidente para testemunhar, este ato. Estavam lá, quase todos os Parlamentares, independente de cores partidárias. Estavam lá apoiando porque, na entrega hoje do projeto do Vale-Crèche, dos 5 municípios, 4 deles pertence, a Prefeitos que não foram com o Jaime Lerner, apenas um Prefeito, era da nossa aliança. Município de Santa Galo, Laranjal Mato Rico, Ortigueira, Sapopema. Porque esta entrega para a implantação das Creches feitas pelos recursos do Vale-Crèche.

O Vale-Crèche, foi implantado em Curitiba na gestão que eu era o Vice-Prefeito de Jaime Lerner. Aqui com a aquiescência do Empresariado curitibano. Que tendo a frente a figura extraordinária do Empresário Sérgio Prosdócimo. A Secretária da Criança Municipal da época Fani Lerner, construiu 22 Creches, espalhadas pelos bairros de Curitiba.

O que é o Vale-Crèche? Sou eu que vou lá e compro uma vaga, para o filho da minha empregada, para ir aquela creche. É o empresário que compra dois, 15, 20, 30 vagas para funcionários da sua Empresa. E com isso, ele possibilita a construção desta creche. Possibilita a manutenção desta creche, a contratação dos funcionários para estas creches. E Curitiba tem dado certo.

Agora a Secretária Fani Lerner, com o apoio da Receita Federal, que com as suas blitz, pelas estradas do Paraná faz a apreensão das mercadorias, contrabandeadas e que são trazidas à Curitiba e aqui são repassadas ao PROVOPAR. Para fazer os leilões, ou para vender estas mercadorias. Como eu e o Deputado Anibal Khury fomos à feira do Parque Castelo Branco, o ano passado, lá adquirimos, várias mercadorias simples, para ajudar o PROVOPAR. E com isso, arrecada-se o dinheiro, e a arrecadação deste dinheiro, possibilita fazer um tanto, que se transforma no vale-creche, e que possibilita as construções das creches no interior do Estado.

Alguns Parlamentares me diziam, perguntavam-me porque é que foram escolhidos estes municípios. E não o meu município, ou não, o município do meu Prefeito, que foi o primeiro a trabalhar para o Jaime

Lerner.

Acontece que há um atendimento, e uma solicitação da campanha da solidariedade que está havendo, no Brasil, lançada, pela primeira Dama Doutora Ruth, esposa do Presidente. Que pede que estes municípios, sejam prioritários, e por esta razão. Tão somente por esta razão, é que estes municípios estão sendo atenuadas com as Creches. São 16 ou 17 municípios e depois do Vale-Crèche, vai ser dado aos outros municípios, também, independente do Projeto do Governador e do entendimento do Prefeito na construção de novas creches naqueles municípios.

Então, tivemos hoje, aqui, a presença de vários municípios que vieram prestigiar este ato e a presença entre nós de Ana Maria Peliano, que faz parte do Conselho da Comunidade Solidária, como Secretária Executiva do programa da comunidade solidária e ainda da Superintendência da Receita Federal do Paraná, Taísa Pereira e também do empresário Sérgio Prosdócimo, que foi empossado, hoje, juntamente com a sua esposa Lisiane Prosdócimo, Alberto Veiga e Melvin Corrani como Conselheiros, fazendo parte do Conselho Fiscal do Programa do vale-creche.

Então queria fazer este registro e dizer, também, que ontem o Governador - muito embora a Oposição critique - primeiro, solicitaram ao Governador que isentasse do pagamento das taxas da COPEL, que baixasse o pagamento, que fizesse alguma coisa; até requerimento nós aprovamos aqui. E eu dizia ao Governador que chamasse o Presidente da COPEL, para que estudasse uma fórmula de auxiliar, especialmente, a comunidade de baixa renda. E o Governador então, ontem, fez evidentemente este lançamento, junto com o Presidente da COPEL. E deve ser aí em torno de dois e meio milhões de reais/ano que deixará de arrecadar na cobrança.

Evidentemente, talvez o Deputado Romanelli não tenha gostado desta medida porque se fez. E se não faz é porque não faz. Se faz é porque foi feito, mas não foi feito como ele queria! Não é assim Deputado! Hoje é um outro governo que está no Palácio Iguazu. Um governo de muito mais sensibilidade, de respeito para com o cidadão, de respeito para com a comunidade, que quer ajudar e que tem a sua forma de fazer política. O Requião tinha a maneira dele, o Álvaro tinha a maneira dele, o Richa tinha a sua maneira e o Lerner tem a sua maneira. Agora tenho certeza que todos procuraram atingir o mesmo objetivo: de atender a comunidade, de levar a melhoria de condição de vida a cada um dos moradores.

Então acho que esta foi uma boa medida. Não atendeu todo desejo daqueles que

queriam, realmente, uma melhoria? Não atendeu, ainda, mas poderá melhorar. Dentro das possibilidades, tenho certeza que outros benefícios virão para a população paranaense.

Então queria dizer, Sr. Presidente, desta minha satisfação de vir aqui, nesta tarde, de registrar esses fatos. Esses três fatos que acho que foram de fundamental importância: a questão da Renault em São José dos Pinhais, a questão do Vale creche e também a questão da COPEL.

Acho que estamos procurando atingir o nosso objetivo, qual seja de dar uma melhor condição de vida ao povo do Paraná.

Pediria para que o rapaz do som atendessem o Deputado Romanelli, que deseja um aparte.

**O Sr. Luiz Cláudio Romanelli - Deputado**

Algaci, na verdade não quero atrapalhar o seu discurso. O Senhor faz um belo discurso dessa tribuna e contribui para o debate.

Acho que estamos aqui justamente para isso: no contraditório buscar a verdade e, fundamentalmente, para que as opiniões que são divergentes possam ser melhores discutidas no interesse do Paraná.

Quero dizer que louvo a atitude do Governador que foi sensível na questão da tarifa de energia. Claro que o Governador foi sensível. Ele viu, está andando pelo Paraná, está sentindo o que pensa a população. O que estou dizendo é o seguinte: vamos separar as coisas para que não confundam a nossa opinião e dos nossos companheiros Deputados. A postura do Governador é corretíssima, o que está errado é a informação que deu o Presidente da COPEL. Por quê? Porque o governo está fazendo um esforço para isentar, na verdade, uma pequena faixa da população. Mas o que estamos tratando, na verdade, é do aumento que significa 180 milhões de reais, em termos de aumento do que a COPEL vai arrecadar este ano e por um custo de dois milhões e meio e o Presidente da COPEL apresentou isto ao Governador, como se esta faixa que consome até 30 Kwts, fosse na verdade 163 mil famílias.

Se o Senhor vê na própria explicação do Presidente da COPEL, se a família tiver três tomadas, três lâmpadas e um televisor preto e branco ele não pode tomar banho com o chuveiro ligado, banho quente pelo menos. O que estou dizendo para o senhor é o seguinte: se o Governador tinha determinado e ele mostrou isto na verdade, e o inverno está chegando, como disse o Deputado Pessuti, ele na verdade está sendo mal orientado pelo Presidente da COPEL. Se ele está com vontade política de rever o aumento que a tarifa sofreu por parte da COPEL, ele que aproveite isto e o faça por

inteiro. O que estou querendo dizer para o Senhor e para os demais Deputados é que o Governador se atentasse na medida que o Presidente da COPEL está induzindo ele, se não em total erro, mas pelo menos parcial, dizendo que isto vai solucionar o problema e não vai. O Senhor sabe disto, nós sabemos disto.

Então, o que estou apelando na verdade, é que o Governador chame alguém que confie e que tenha bom senso, equilíbrio, e que veja a medida como um todo, que tenha a certeza que ele vai mudar o procedimento e vai atender, porque já está demonstrando vontade política, que ele até já anunciou este ato. É isto que estou concordando com o Senhor, mas dizendo que não concordo na medida que o Presidente da COPEL esta induzindo o Governador...

(ininteligível)

Agradeço V.Exa. pelo aparte.

**O SR. ALGACI TÚLIO - Entendo, Deputado,** que o que prevalece mais nesse ponto de vista, talvez alguma informação técnica não muito correta dada pelo Presidente ou a intenção de isentar. Isto é importante que o Governador isentou. Agora, se o cidadão usa a televisão preto e branco, usa o chuveiro ou não usa, aliás, às vezes os técnicos pecam por detalhar demais e aí até sou obrigado a concordar com V.Exa., os técnicos pecam por querer mostrar serviço, por querer ser agradável, não é só no caso do Governador, é dos Prefeitos, às vezes até aqui na Assembleia, às vezes até um assessor nosso também quer detalhar e achamos que não precisa detalhar muito, já pegamos o fio da meada.

Então, o pecado às vezes é no detalhamento. Querer mostrar: "olha, e se fizer isto e mais aquilo, menos aquilo dá aquilo". Não precisa. O importante foi a iniciativa de isentar. Claro que o Governador, se pudesse, isentaria quem gastasse 60 quilowatts, mas não é possível. Sabe V.Exa. que já foi do Executivo que é humanamente impossível, não tem caixa que agüente.

**O Sr. Jocelito Canto - Permite um aparte, Deputado?**

(Assentimento).

Muito obrigado, Deputado Algaci Túlio, e quero fazer um compromisso com V.Exa., como comunicador, como nós comunicadores, eu dizia aqui ao Deputado Ricardo, eu gostaria de assumir mais um compromisso, já que está com esta polêmica: se os 30 quilowatts dá para o povo pobre ou não dá, vou assumir um compromisso, vou usar do meu programa de rádio amanhã em Ponta Grossa e vou fazer um trabalho com a comu-

nidade para saber quantos são e quantos terão direito a esse benefício, e me comprometo na semana que vem, de trazer a esta Casa dados do nosso povo, do nosso povo da classe média, do povo simples, para saber quantos serão atingidos e se realmente, Deputado Algaci Túlio, o projeto realmente atingir aquele pessoal que a falamos, se for a grande maioria, principalmente da classe mais simples, tenho certeza que virei aqui e farei elogios ao Governador do Estado, porque nós queremos é que as pessoas sejam atendidas.

Então, comprometo-me em trazer dados na semana que vem, baseados num trabalho que vamos fazer - inclusive nos Correios buscar dados, porque os Correios recebiam aqueles 60 quilowatts para receber o vale-gás e lá podemos levantar dados também - em Ponta Grossa, e eu, na semana que vem vou...

(ininteligível)

...e até daria idéia aos demais companheiros do interior, das emissoras de rádio para que fizessem o mesmo para que soubéssemos se vai atingir o povo ou não vai; e até serviria como uma forma de ajudar o Governo a, quem sabe, aumentar, ou se precisar, até diminuir o número de quilowatts.

Então, vou contribuir com este projeto do governo, o Toti vai fazer o mesmo, o Ricardo vai fazer aqui e tenho certeza V.Exa. também; e nós poderemos ter maiores dados nas mãos na semana que vem.

Muito obrigado pelo aparte, Deputado Algaci Túlio, nosso Líder.

O SR. ALGACI TÚLIO - Claro que esta pesquisa - e sou tão comunicador quanto V.Exa. - vai depender do tom que V.Exa. colocar no microfone a questão da pesquisa, porque certamente V.Exa. vai encontrar, vai ter 80% que vai dizer que gasta mais.

V.Exa. sabe, é difícil uma pesquisa desta forma, levada às vezes até na emocional. Quando mexe no bolso do cidadão não há solução que se encontre a não ser você isentar a todos, de outra forma não tem.

O Sr. Jocelito Canto - Deputado, vou pedir aos ouvintes, pelo menos de Ponta Grossa e da Região, que me tragam uma cópia da fatura da energia para que possamos ver aqui, porque hoje pela manhã eu coloquei a notícia com muita prioridade.

O SR. ALGACI TÚLIO - Tenho certeza de que se V.Exa. for nos bairros - inclusive que sofreram as enchentes de domingo para segunda-feira - vai encontrar muita gente que mal tem um radinho para ouvi-lo, porque a coisa está tão carente, está tão di-

fícil, a carístia está tão grande, que mal deve ter duas lâmpadas. E esses, evidentemente é que precisam da nossa ajuda, não é aquele da classe média, não é o cidadão de uma classe melhor que precisa, é esse cidadão que precisa, aquele que mora na periferia, que mal tem duas lâmpadas, que tem um radinho ou que tem até mesmo televisor a cores ou até mesmo preto e branco, esse é que precisa da isenção, não os outros.

Agradeço e espero que tenha contribuído para este debate.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - PSDB.

Com a palavra o Sr. Deputado João Techy.

O SR. JOÃO TECHY - Sr. Presidente, Secretários da Mesa, Srs. Deputados.

Hoje participei juntamente com o importante programa marco da política agrícola que seria o zoneamento agrícola começando aqui pelo Paraná e citou-se como primeira opção o zoneamento do trigo, para produção de trigo em Regiões adaptadas no nosso Estado e também na seqüência, outros Estados também seriam visados a ter esse mesmo zoneamento, já citando Santa Catarina. Mas é importante a gente ver assim que vão ser definidas Regiões aonde há um potencial para cada forma agrícola. E a nossa Região Centro-Sul e a região Sul a gente sempre teima que é uma região, pela característica climática ou mesmo pela maneira de se apresentar a vegetação, nós temos uma Região Florestal e eu acho que teremos que ver a dificuldade hoje, como Região Florestal os pequenos agricultores tentando retirar lenha para a sua subsistência, tentando fazer uma destoca, essas reclamações são constantes cada final de semana que a gente está na Região e eles têm dificuldades de fazer uma retirada de lenha e isso aí eles precisam muitas vezes para se manter.

E a gente fica pensando, que também há reclamações, no sentido de fiscalização, multas, aplicadas legalmente logicamente, há uma legislação aonde se aplicam estas multas, mas nada é feito no sentido de se fazer um reflorestamento, um grande reflorestamento.

Já foi citado aqui, em Regiões onde existem pequena propriedades como Malé, e o Deputado Valdir Rossoni já citou, onde existem 1.500 pequenas propriedades, em Prudentópolis existem 6.000 pequenas propriedades e na Região toda a gente calcula que são muitos mais, além de 10.000 pequenas propriedades. E esse incentivo fiscal, aonde madeireiros também teriam de aplicar o dinheiro em reflorestamento, deveria ser aplicado ali na Região.

Existe também legislação própria, in-

clusive a Lei nº 11.054, Lei Florestal de autoria do nosso Presidente, Deputado Anibal Khury, aonde também poderia se utilizar e fazer e desde já com técnicos da IMATER, da Secretaria de Agricultura, do IBAMA, enfim utilizar toda a força técnica do nosso Estado, e se introduzir de uma vez, em escala como o próprio nosso Governador citou, fazer uma escala, aonde atingirão muito mais de 10.000 pequenas propriedades, e se pensar num hectare para cada pequena propriedade, então muito mais de 10.000 hectares.

Mas isso é necessário que não somente os agricultores como já têm, eles recebem mudas, mas seja feito essa produção no próprio Município, aonde já existe associações, aonde têm viveiros, isso daria estímulo até para essas associações, mas a gente sente que eles ganham essas mudas, mas não colocam nos seus terrenos, quantas vezes incentivam porque gratuitamente, apenas porque vão ter uma reserva florestal daqui a quinze anos, eles não vão abrigar essas mudas sem nenhum outro estímulo, teria que haver pelo menos, alguns dias de trabalho, o pagamento dessas mudas enfim, de alguma forma tem que ser incentivado.

O Sr. Luiz Carlos Zuk - Vossa Exa. permite um aparte, nobre Deputado?

(Assentimento)

Deputado João Techy, na noite de ontem em Ponta Grossa, houve a comemoração do 20º ano do plantio direto em homenagem a nossa cidade, a nossa região, ao nosso Estado, num Congresso de nível nacional e até internacional. Lá se encontram desde o dia de ontem e por mais quatro dias agricultores da Região Sul do País, de todo o País e das vizinhas Nações do Paraguai, da Argentina, do Uruguai e até do Chile, ali se encontram pessoas interessadas no plantio direto e na agricultura.

V.Exa. traz a esta Casa e nós conversávamos a baixa voz com o Deputado Pessutti, que de perto, representa os interesses das cooperativas, dos pequenos produtores e com o Presidente da Comissão de Agricultura, Augustinho Zucchi desta Casa, que também defende esse acompanhamento que V.Exa. descreve pelos técnicos da IMATER, do IAPAR, da ACARPA, enfim de todos aqueles organismos vinculados a agricultura paranaense e que esse governo tem procurado de todas as formas possíveis tornar durável a pequena e a média propriedade. Porque o grande proprietário, o grande agricultor, tem assim o respaldo de não precisar quase que de nada do governo, ele tem o seu laboratório na sua propriedade, ele tem seu agrônomo, ele tem a sua pesquisa, ele tem as melhores sementes, ele tem enfim, realmente, aquilo que melhor

existe na agricultura, porque ele tem meios e recursos.

E V.Exa. se preocupa, como o nosso Presidente da Comissão e o Deputado Pessutti, com o pequeno e o médio.

Está de parabéns pelo assunto trazido e queria que V.Exa. fornecesse aos ilustres colegas os subsídios do pronunciamento da tarde de hoje.

Obrigado.

O SR. JOÃO TECHY - Obrigado do aparte, e é realmente o que ocorre ao nosso pequeno agricultor. Hoje ele não consegue nem vender a sua propriedade, por ser uma propriedade já desvalorizada, aonde existe a região de matas, há uma mata nativa ainda, mas é de baixa qualidade, porque não foi melhorada no passar dos anos e ela está pobre.

E é o que eu falo, nós estamos sempre recebendo, como dizemos diretamente multas, aonde essas pequenas propriedades vêm reclamar e esses recursos vão direto para Brasília, e não retornam.

Então, existe uma legislação que vai regular isso, já existe. É apenas uma questão de se pôr em prática de uma vez, e levar esse trabalho todo aos nossos Deputados, ao Presidente da parte Agrícola aqui da Assembleia e a todos os Deputados interessados na nossa região.

Era isso que eu queria pronunciar, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o PT.

O SR. ÂNGELO VANHONI - Sr. Presidente, Srs. Deputados. Está presente hoje na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, um Deputado Estadual de Santa Catarina, o Sr. Carlito, que veio a nosso convite. É um Deputado também do Partido dos Trabalhadores, veio a nosso convite em visita ao Estado do Paraná.

Após o término desta Sessão, nós estaremos nos reunindo na Liderança do PMDB, na salinha logo aqui atrás do Plenário. E convidamos os Deputados que quiserem ter algumas informações do que acontece em Santa Catarina, em relação ao processo de venda das ações, de emissões de debêntures, em relação a Companhia de Energia Elétrica de Santa Catarina. O Deputado, tem acompanhado esta discussão através desta Assembleia Legislativa e traz algumas informações a esse respeito, do que está acontecendo em Santa Catarina, que pode servir de algum parâmetro, para nós entendermos o que pode estar acontecendo aqui na COPEL, no Estado do Paraná.

Além disso, o Deputado Carlito, traz algumas informações que confirmam algumas suspeitas, que nós aqui do Paraná temos



tido da participação meio esquisita, não transparente de algumas empresas, notadamente a empresa INEPAR.

Tenho a confirmação do Presidente da Assembleia Legislativa, que amanhã o sócio majoritário o Dr. Atilano estará presente aqui na Assembleia Legislativa, para tecer alguns esclarecimentos.

É em Santa Catarina, conforme informações e documentações, trazidas pelo Deputado de Santa Catarina, a INEPAR, participou de uma licitação que foi suspensa pelo Tribunal de Contas, onde o edital estava com algumas impropriedades, no que diz respeito ao processo de eletrificação rural, que esta empresa tem participação e tem interesses não só no Estado do Paraná, como nós estamos percebendo em relação também a energia elétrica em Santa Catarina. Mais à noite às 19:30 a Barnada do PT, está convidando todos os Deputados e algumas entidades, que estarão se reunindo no Sindicato dos Engenheiros do Estado do Paraná, que se situa na Marechal Deodoro nº 211, 7º andar, quase esquina com a Monseñor Celso, aonde o Deputado Carlito estará presente e ali terá a oportunidade de aprofundar os assuntos no que diz respeito ao processo de privatização da empresa de Energia Elétrica em Santa Catarina. Lá em Santa Catarina não é somente a Companhia de Energia Elétrica que está ameaçada de privatização ou um processo em curso, a Companhia de Esgoto, a CASAM do Estado de Santa Catarina, também está passando por um processo, pode passar por um processo parecido, conforme documentação ou informações, trazidas pelo Deputado Carlito.

Então, nós convidamos os Deputados, hoje, após o término da Sessão para nós podermos trocar algumas informações, a respeito do que acontece em Santa Catarina.

Mas, espero que os Deputados participem, possam estar presentes, porque amanhã, o representante da INEPAR estará presente, e isso poderia inclusive, facilitar algumas das interrogações, clarear algumas dúvidas. Enfim, entender do porquê, que há uma série de informações meio nebulosas, da participação desta empresa nos processos, tanto de Salto Caxias, quanto na suspeita, na venda das ações da COPEL e, que amanhã, nós possamos deixar mais claro, o que está acontecendo em relação à Companhia de Energia Elétrica do Estado do Paraná.

Sr. Presidente era isso. Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente.  
Passa-se à

ORDEM DO DIA,  
com a presença de 53 Sr. Deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo Sr. Deputado Toti Colaço, na qualidade de Líder do PMDB, constante do expediente, indicando o nome dos Srs. Deputados designados pela Mesa Executiva, para a formação de uma Comissão Especial, para tratar de assuntos relativos ao assentamento de sem-terra do Município de Pinhão. **Aprovado.**

Projeto de lei de autoria dos Srs. Deputados Renato Adur e Anibal Khury, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Nelson Justus, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Cesar Selme, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Walmor Trentini, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

#### ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 117/95 de autoria do Deputado Cleiton Kielse Crisóstomo que autoriza o Poder Executivo a doar aos municípios e entidades assistenciais, os veículos marca Volkswagen, Tipo Kombi, ano 1993. **PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.F..**

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) sessões. **Aprovado.** Fica portanto, adiada a discussão por 10 (dez) sessões, do Projeto de Lei nº 117/95.

#### ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 521/95 de autoria do Deputado Orlando Pesutti que concede o Título de Cidadão Benemérito do Paraná, ao Senhor Brasil Paraná de Cristo. **PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J..**

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) sessões. **Aprovado.** Fica portanto, adiada a discussão por 10 (dez) sessões, do Projeto de Lei nº 521/95.

O SR. PÉRICLES MELLO (Pela Ordem) - Solicito, por gentileza, que a Presidência da Casa colocasse em votação alguns requerimentos de nossa autoria, que já estão na mesa há quatro dias, e por não dar quórum em algumas sessões, não foram votados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vou submetê-los à votação, hoje.

Sobre a mesa, Requerimento de nº 634 de autoria do Sr. Deputado Ricardo Chab, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. RICARDO CHAB (Para Encaminhar) -

Gostaria de pedir aqui o apoio do Plenário, porque estamos vendo, a cada dia que passa, os pequenos comerciantes, os pequenos empresários, médios empresários do Estado do Paraná se atolando em dívidas. Eles produzem, mas não conseguem competir com o produto que vem de fora. E é por isso, que eu, nesse requerimento enviado ao Sr. Ministro da Fazenda, estou pedindo para que na verdade se cumpra aquilo que diz a Constituição, no seu Art. 5º: "Todos são iguais perante a lei e sem distinção de qualquer natureza".

Então, como se aplicou a securitização da dívida para a agricultura, estendendo a mão de sete a dez anos para o pequeno agricultor, fazendo com que ele pague a sua dívida parceladamente, estou sugerindo ao Ministro da Fazenda que faça o mesmo para os pequenos e médios empresários do Estado do Paraná. Tenho sido procurado com frequência por parte de pequenos e médios empresários, que hoje sequer conseguem pagar os impostos. E todos nós sabemos, aqui, dentro do Plenário, que quem arca com os impostos, quem paga os impostos em dia, são realmente o pequeno e o médio empresários.

Então, estou pedindo isso, o apoio de todos os senhores para que nós aqui da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, consigamos sensibilizar o Ministro da Fazenda.

Só para concluir, Sr. Presidente, a título de colocar para que o Plenário possa entender, é importante que o Paraná desenvolva uma campanha de apoio ao pequeno e ao médio empresários, porque senão, vamos aumentar mais o que outrora para a gente era um fantasma do desemprego e que, hoje, é uma realidade do desemprego. Temos cidades e o Deputado Edno Guimarães pode falar na sua região, as cidades de porte médio e de porte grande estão sofrendo uma barbaridade, porque o pequeno comerciante não consegue sobreviver.

Então peço encarecidamente o apoio do Plenário para esse requerimento.

Só para lembrar, o Governo Federal vai agora dar a securitização da dívida para

os usineiros na ordem de 4 bilhões de reais. Por que então, não securitizar também as dívidas dos pequenos e dos médios empresários?

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O requerimento de V.Exa. foi aprovado por unanimidade.

Requerimento nº 385, de autoria do Senhor Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente de sessão anterior. **Rejeitado.**

O SR. ALGACI TÚLIO - Verificação de votação, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - 21 Senhores Deputados rejeitam o requerimento.

7 Deputados aprovam o requerimento.

**O requerimento está rejeitado.**

Requerimento nº 384, de autoria do Senhor Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente. **Rejeitado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Quase que inutilmente, mas por um dever de ofício, encaminho a votação desse requerimento, porque me recuso a acreditar que esta Casa possa abdicar das funções que ela tem de fiscalizar os atos do Poder Executivo.

O pedido de informações que fizemos, vou lê-lo, Excelência, para que, se Vossas Excelências colocarem a mão na consciência, vão verificar que em nenhum momento existe aqui um ato de provocação ao Governo ou ao Governador.

O que estamos querendo saber é o seguinte:

(Lê):

1 - Qual é realmente o valor do investimento da Empresa Renault, na instalação da sua fábrica em São José dos Pinhais?

2 - Qual é realmente a participação de recursos públicos que o Governo do Estado garantiu ao empreendimento?

3 - Qual é o valor da participação de capital privado que o Governo do Estado garantiu ao empreendimento, e quais são os grupos que já manifestaram interesse?

4 - Qual foi a extensão da renúncia fiscal que o Estado do Paraná deu ao empreendimento, compreendendo valor e período, e em qual lei se baseou?

5 - De qual dotação orçamentária o Governo do Estado retirará o recurso para compra do terreno em São José dos Pinhais?

6 - Como pretende o Governo do Estado evitar o dispositivo da Lei Federal n° 8.666/93, que veda doações pelo Estado?

7 - Se já foi ou estão sendo realizados estudos de Impacto Ambiental, visto que aquela área é considerada de preservação permanente por causa dos mananciais?

8 - Qual o critério usado para estabelecer o preço de compra por metro quadrado da área a ser doada à Renault?

9 - Qual a empresa ou instituição que realizou a avaliação na área a ser doada. A Procuradoria Geral do Estado já fez a avaliação?

10 - Qual é o saldo do Fundo de Desenvolvimento do Estado - FDE, que tem como agente financeiro o Banco do Estado do Paraná?

11 - Qual será o investimento da COPEL e SANEPAR para atender a fábrica?

12 - As tarifas a serem cobradas pela COPEL e SANEPAR da fábrica da Renault serão subsidiadas?

13 - Qual é a participação do Senhor Carlos Alberto de Oliveira Andrade, do Grupo CAO, importador oficial da Renault no Brasil, no empreendimento?"

É esse Senhor Presidente, Senhores Deputados o requerimento de pedido de informações que apresentamos. É, na verdade, um esclarecimento que deve necessariamente o Senhor Governador fazer a opinião pública e aqui a esta Casa, porque não podemos, na verdade, sem ter esclarecidos essas questões, Senhor Presidente, que deixar claro, o Governador merece o nosso aplauso, mas por que não dar a esse negócio da Renault, toda a transparência para que possamos evitar que no caso da Renault, se repita o que nós estamos verificando o que que tem acontecido com a COPEL, porque, pela falta de transparência, nós na verdade verificamos que há uma grande indagação por parte da opinião pública que de toda a classe política.

Então é isso que eu quero, fazer um apelo para que todos os Deputados votem nesse requerimento aqui, do Senhor Luiz Claudio Romanelli, mas também é dessa Casa e que a ela é que vai ser informado sobre o que está ocorrendo em relação com a negociação com a Renault.

Por isso é que faço esse apelo a Vossa Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Senhores Deputados que aprovam o requerimento. **Rejeitado.**

O Sr. Luiz Claudio Romanelli - Verificação de votação, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Senhores Deputados que aprovam o requerimento

queiram levantar-se.

08 Deputados, aprovam.

**Rejeitado.**

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Senhor Presidente.

Acho estranho, que se faça ou promova uma festa, sou a favor e estou entusiasmado com a vinda da Renault para o Paraná, mas acho profundamente estranho negar informações dos termos em que foi feito.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - A Liderança quer comunicar, Senhor Presidente, que em momento algum tem negado informações a esta Casa, e a prova tem sido o grande número de pedidos de informações que tenho que liberar me permito aqui agora mais uma vez, foi o que acontecia em anos passados aqui nesta Casa.

Agora, o requerimento do Deputado Luiz Claudio Romanelli é precipitado, ontem São José dos Pinhais criou uma companhia que vai fazer a doação da área, Deputado, não é o Governo do Estado que vai doar a área...

(Vozes paralelas)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Requerimento n° 640, de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 508, de autoria do Senhor Deputado Cezar Silvestri, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 509 e 510, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 511, 512 e 514, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 513, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. **Aprovado.** (A matéria acha-se publicada no final desta ata)

Requerimento n° 515, de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 516 a 518, 521 e 522, de autoria do Senhor Deputado Eduardo Trevisan, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 524, 525 e 527, de autoria do Senhor Deputado Nelson Turck, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 526, de autoria do Senhor Deputado Nelson Garcia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 215, de autoria do Senhor Deputado Ângelo Vanhoni, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 355 a 357, de autoria do Senhor Deputado Ângelo Vanhoni, constantes do expediente de sessão anterior. **Rejeitados.**

Requerimento nº 641, de autoria do Senhor Deputado Ângelo Vanhoni, constante do expediente. **Em discussão.**

UM SR. DEPUTADO (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 155, do Regimento Interno.

Requerimentos nºs 313, 314 e 332, de autoria do Senhor Deputado Péricles Mello, constantes do expediente de sessão anterior. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 523, de autoria do Senhor Deputado Péricles Mello, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 360, de autoria dos Senhores Deputados Luiz Accorsi e Doutor Rosinha, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 630, de autoria do Senhor Deputado José Tavares, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 631, de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 633, 635 e 642, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 637, de autoria do Senhor Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 639, de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente. **Em discussão.**

UM SR. DEPUTADO (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 155 do Regimento Interno.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, queria registrar que hoje em Brasília, a Bancada Federal do Paraná convocou o Presidente da COPEL e também o Superintendente do DENAI, e a Bancada vai esclarecer, de uma vez por to-

das qual foi o procedimento. O Deputado Luiz Carlos Haully - que é Líder do Governo - vai enviar a esta Casa todas as informações, inclusive cópia do pedido que a COPEL fez para aumentar a tarifa.

Então, quero dizer a Vossa Excelência, que os Deputados Federais do Paraná estão cuidando dos interesses da população paranaense.

O SR. DOUTOR ROSINHA (Pela Ordem) - Na ausência do nosso Líder, Irineu Colombo, e como vice-Líder da Bancada, solicito de Vossa Excelência um prazo maior para que possamos discutir na Bancada a indicação de um nome nosso para esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Requerimento foi aprovado, no sentido que o Presidente designasse os membros da Comissão. Assim seja o Presidente. Não é consulta para as Lideranças. O Presidente tentou compor de forma democrática.

O SR. DOUTOR ROSINHA - É que gostaríamos de discutir na Bancada. Nós dividimos tarefas, estamos só em cinco Deputados. A Bancada é pequena. Cada um de nós tem que fazer uma discussão.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Deputado Irineu Colombo está no México.

O SR. DOUTOR ROSINHA - O Deputado Colombo viajou no sentido de participar do debate do Tribunal.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Tudo bem, vou atender a solicitação de Vossa Excelência.

Vamos ouvir a explanação, muito esperada, do Dr. A. Gomes Sobrinho, Diretor Presidente da INEPAR.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 20, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 216, 291 e 414/95.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 384, 405 e 514/95.

Marca ainda, uma Sessão Extraordinária para logo após o término da Sessão Ordinária, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 434 e 435/95.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 024/95.

Levanta-se a sessão.

Transcrição:

MATÉRIA, CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CA-

SA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO LUIZ CARLOS MARTINS, EM SESSÃO DO DIA 19 DE MARÇO DE 1996.

IMPrensa TAMBÉM TEVE IMPORTANTE PAPEL PARA A VINDA DA RENAULT AO PARANÁ

Jornal Gazeta do Povo

"A vinda da fábrica da Renault para o Paraná é uma das mais importantes vitórias conquistadas nos últimos 30 anos. O Paraná há muito precisava de um investimento deste porte, capaz de gerar milhares de empregos diretos e indiretos e estimular uma infinidade de empreendimentos produtivos paralelos nas áreas de serviços, peças e componentes. É uma vitória extraordinária e de grande significado, especialmente quando sabemos que há dez anos ela vem sendo perseguida pelos paranaenses".

A opinião é do presidente do Sindicato dos Proprietários de Jornais e Revistas do Paraná, Abdo Aref Kudry, para quem o governador do Paraná merece todos os louros pela conquista mas não pode ser esquecido que a vinda da Renault é bandeira da imprensa paranaense desde a década de 80.

"Esta é uma dívida que sempre teremos para com o nosso governador Jaime Lerner com sua visão desenvolvimentista; teve uma atuação firme e decisiva no processo de definição da instalação da empresa, e não tenho dúvidas que este é o marco definitivo para o Paraná ingressar na era da industrialização. Só quero lembrar que dez anos atrás, em atitude pioneira do Dr. Francisco Cunha Pereira Filho, refletindo a preocupação e o interesse da imprensa do estado e dentro de uma visão paranista de futuro que o setor sempre defendeu, visitou a direção da Renault apresentando o Paraná como opção para



Abdo Kudry: conquista paranaense.

instalar uma unidade produtiva da empresa.

"O Dr. Francisco fez a visita acompanhado do cônsul Fernando Salun e já naquele momento houve demonstração de interesse por parte da Renault. Creio que o governador Jaime Lerner nem sabia disso, mas graças a Deus teve os mesmos objetivos, lutou e conseguiu o que tanto queríamos. Por isso, independente de posições partidárias, temos que nos perfilar e aplaudir o trabalho do nosso governador", frisa Abdo Kudry.

SISTEMA DE CONTABILIDADE E ORÇAMENTO PÚBLICO - SOM			CELEPAR	REF-SOM 245
ÓRGÃO - ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ			509	PÁG-1
BALANÇETE FINANCEIRO				ATA-31.10.96
RECEITA	NO MÊS	ATÉ O MÊS		
<b>ORÇAMENTÁRIA</b>				
. RECEITAS CORRENTES				
. Receita Tributária	0,00			0,00
. Receita de Contribuições	0,00			0,00
. Receita Patrimonial	0,00			0,00
. Receita Agropecuária	0,00			0,00
. Receita Industrial	0,00			0,00
. Receita de Serviços	0,00			0,00
. Transferências Correntes	4.450.000,00			39.865.000,00
. Outras Receitas Correntes	0,00	4.450.000,00		1.543,72
				39.866.543,72
. RECEITAS DE CAPITAL				
. Operações de Crédito	0,00			0,00
. Alienação de Bens	0,00			0,00
. Amortização de empréstimos	0,00			0,00
. Transferências de Capital	0,00			220.000,00
. Outras Receitas de Capital	0,00	4.450.000,00		0,00
				220.000,00
				40.086.543,72
<b>EXTRA ORÇAMENTÁRIA</b>				
. Débitos de Tesouraria	0,00			0,00
. Débitos de Diversas Origens	5.766,87			367.901,06
. Débitos Extraordinários	640.134,89			11.482.967,07
. Acordos e Convênios	0,00			0,00
. Contas a Regularizar	0,00			0,00
. Outras Operações	0,00	645.901,76		0,00
				11.850.868,13
<b>SALDOS DO MÊS ANTERIOR</b>				
. Caixa	0,00			0,00
. Bancos Conta Movimento	14.175.464,85			5.373.637,82
. Bancos Conta Vinculada	0,00			0,00
. Conta Aplicações Financeiras	0,00			0,00
. Conta Poupança	0,00	14.175.464,85		0,00
				5.373.637,82
<b>T O T A L</b>			19.271.366,61	57.311.049,67



SISTEMA DE CONTABILIDADE E ORÇAMENTO PÚBLICO - SCM				CELEPAR	REF--SCM 245
BALANÇETE FINANCEIRO				PAG--2	
ÓRGÃO - ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ				B09	DATA-31.10.95
DESPESA	NO MÊS	ATÉ O MÊS			
. ORÇAMENTÁRIA					
. DESPESAS CORRENTES					
. Despesas de Custeio	2.622.263,56		24.191.385,10		
. Transferências Correntes	1.056.293,67	3.678.557,23	9.377.117,97		33.568.503,07
. DESPESAS DE CAPITAL					
. Investimentos	2.005,90		156.949,65		
. Inversões Financeiras	0,00		0,00		
. Transferências de Capital	0,00	2.005,90	0,00		156.949,65
. EXTRA ORÇAMENTÁRIA					
. RESTOS A PAGAR					
. Pagamentos	33.130,42		282.193,67		
. Cancelamentos	0,00	33.130,42	1.543,72	283.737,39	
. Débitos de Tesouraria	0,00		0,00		
. Depós. de Div. Origens	0,00		0,00		
. Depós. Extraordinários	751.507,73		8.495.694,23		
. Acordos e Convênios	0,00		0,00		
. Contas a Regularizar	0,00		0,00		
. Outras Operações	0,00	751.507,73	0,00	8.495.694,23	8.779.431,62
SALDOS PARA O MÊS SEGUINTE					
. Caixa	0,00		0,00		
. Bancos Conta Movimento	14.806.165,33		14.806.165,33		
. Bancos Conta Vinculada	0,00		0,00		
. Conta Aplicações Financeiras	0,00		0,00		
. Conta Poupança	0,00	14.806.165,33	0,00		14.806.165,33
T O T A L				19.271.366,61	57.311.049,67

ABIB MIGUEL  
Diretor Geral

GABRIEL LUIZ FRANCESCHI  
Diretor do D.A.T.

EDISON CARLOS DE OLIVEIRA  
Coord. de Contabilidade

SISTEMA DE CONTABILIDADE E ORÇAMENTO PÚBLICO - SCM  
B A L A N C E T E F I N A N C E I R O  
ÓRGÃO - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

CELEPAR REF-SCM 245

PÁG-1

DATA-31.11.95

B09

## RECEITA

NO MÊS

ATÉ O MÊS

## ORÇAMENTÁRIA

## . RECEITAS CORRENTES

. Receita Tributária	0,00	
. Receita de Contribuições	0,00	
. Receita Patrimonial	0,00	
. Receita Agropecuária	0,00	
. Receita Industrial	0,00	
. Receita de Serviços	0,00	
. Transferências Correntes	5.080.000,00	
. Outras Receitas Correntes	0,00	5.080.000,00

44.945.000,00  
1.543,72

44.946.543,72

## . RECEITAS DE CAPITAL

. Operações de Crédito	0,00	
. Alienação de Bens	0,00	
. Amortização de empréstimos	0,00	
. Transferências de Capital	0,00	
. Outras Receitas de Capital	0,00	

220.000,00  
0,00

220.000,00

45.166.543,72

## EXTRA ORÇAMENTÁRIA

. Débitos de Tesouraria	0,00	
. Depósitos de Diversas Origens	5.039,79	
. Depósitos Extraordinários	798.963,04	
. Acordos e Convênios	0,00	
. Contas a Regularizar	0,00	
. Outras Operações	0,00	

0,00  
372.940,85  
12.281.930,11  
0,00  
0,00  
0,00

804.002,83

12.654.870,96

## SALDOS DO MÊS ANTERIOR

. Caixa	0,00	
. Bancos Conta Movimento	14.806.165,33	
. Banco Conta Vinculada	0,00	
. Conta Aplicações Financeiras	0,00	
. Conta Poupança	0,00	

0,00  
5.373.637,82  
0,00  
0,00  
0,00

14.806.165,33

5.373.637,82

## T O T A L

20.690.168,16

63.195.052,50

SISTEMA DE CONTABILIDADE E ORÇAMENTO PÚBLICO - SCM				CELEPAR	REF-SCM 245
BALANÇETE FINANCEIRO				B05	PAG-2
ÓRGÃO - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ					DATA-31.11.95
DESPESA	NO MÊS	ATÉ O MÊS			
. ORÇAMENTÁRIA					
. DESPESAS CORRENTES					
Despesas de Custeio	3.565.519,09		27.756.904,19		
Transferências Correntes	1.256.707,68	4.822.226,77	10.633.825,65	38.390.729,84	
. DESPESAS DE CAPITAL					
Investimentos	0,00		156.949,65		
Inversões Financeiras	0,00		0,00		
Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	156.949,65	
. EXTRA ORÇAMENTÁRIA					
. RESTOS A PAGAR					
Pagamentos	0,00		282.193,67		
Cancelamentos	0,00	0,00	1.543,72	283.737,39	
Débitos de Tesouraria	0,00		0,00		
Depós. de Div. Origens	0,00		0,00		
Depós. Extraordinários	726.850,71		9.222.544,94		
Acordos e Convênios	0,00		0,00		
Contas a Regularizar	0,00		0,00		
Outras Operações	0,00	726.850,71	9.222.544,94	9.506.282,33	
SALDOS PARA O MÊS SEGUINTE					
Caixa	0,00		0,00		
Bancos Conta Movimento	15.141.090,68		15.141.090,68		
Bancos Conta Vinculada	0,00		0,00		
Conta Aplicações Financeiras	0,00		0,00		
Conta Poupança	0,00	15.141.090,68	0,00	15.141.090,68	
T O T A L		20.690.168,16		63.195.052,50	
ABIB MIGUEL		EDISON CARLOS DE OLIVEIRA			
Diretor Geral		Coord. de Contabilidade			

SISTEMA DE CONTABILIDADE E ORÇAMENTO PÚBLICO - SOM				REF-SOM 245
B A L A N C E F I N A N C E I R O				PÁG- 1
ÓRGÃO - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ				DATA-29.12.95
RECEITA	NO MÊS	ATÉ O MÊS	CELEPAR	B09
ORÇAMENTÁRIA				
. RECEITAS CORRENTES				
. Receita Tributária	0,00	0,00		
. Receita de Contribuições	0,00	0,00		
. Receita Patrimonial	0,00	0,00		
. Receita Agropecuária	0,00	0,00		
. Receita Industrial	0,00	0,00		
. Receita de Serviços	0,00	0,00		
. Transferências Correntes	6.988.080,00	51.933.080,00		
. Outras Receitas Correntes	0,00	1.543,72		
		51.934.623,72		
. RECEITAS DE CAPITAL				
. Operações de Crédito	0,00	0,00		
. Alienação de Bens	0,00	0,00		
. Amortização de Empréstimos	0,00	0,00		
. Transferências de Capital	-38.080,00	181.920,00		
. Outras Receitas de Capital	0,00	0,00		
	- 38.080,00	181.920,00		52.116.543,72
EXTRA ORÇAMENTÁRIA				
. Débitos de Tesouraria	0,00	0,00		
. Depósitos de Diversas Origens	4.593,81	377.534,66		
. Depósitos Extraordinários	651.373,83	12.933.303,94		
. Acordos e Convênios	0,00	0,00		
. Contas a Regularizar	0,00	0,00		
. Outras Operações	0,00	0,00		
		655.967,64		13.310.838,60
SALDOS DO MÊS ANTERIOR				
. Caixa	0,00	0,00		
. Bancos Conta Movimento	15.141.090,68	5.373.637,82		
. Bancos Conta Vinculada	0,00	0,00		
. Conta Aplicações Financeiras	0,00	0,00		
. Conta Poupança	0,00	0,00		
		15.141.090,68		5.373.637,82
T O T A L			70.801.020,14	

22.747.058,32

SISTEMA DE CONTABILIDADE E ORÇAMENTO PÚBLICO - SCM				CELEPAR	REF-SCM 245
B A L A N C E F I N A N C E I R O				B09	PÁG- 2
ÓRGÃO - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ					DATA-29.12.95
DESPESA	NO MÊS	ATÉ O MÊS			
. ORÇAMENTÁRIA					
. DESPESAS CORRENTES					
. Despesas de Custeio	6.358.401,16			34.115.305,35	
. Transferências Correntes	2.344.871,83	8.703.272,99		12.978.697,48	47.094.002,83
. DESPESAS DE CAPITAL					
. Investimentos	0,00			156.949,65	
. Inversões Financeiras	0,00			0,00	
. Transferências de Capital	0,00	0,00		0,00	156.949,65
. EXTRA ORÇAMENTÁRIA					
. RESTOS A PAGAR					
. Pagamentos	0,00		282.193,67		
. Cancelamentos	0,00	0,00	1.543,72	283.737,39	
. Débitos de Tesouraria	0,00		0,00		
. Depós. de Div. Origens	0,00		0,00		
. Depós. Extraordinários	808.707,04		10.031.251,98		
. Acordos e Convênios	0,00		0,00		
. Contas a Regularizar	0,00		0,00		
. Outras Operações	0,00	808.707,04	0,00	10.031.251,98	10.314.989,37
SALDOS PARA O MÊS SEGUINTE					
. Caixa	0,00			0,00	
. Bancos Conta Movimento	13.235.078,29			13.235.078,29	
. Bancos Conta Vinculada	0,00			0,00	
. Conta Aplicações Financeiras	0,00			0,00	
. Conta Poupança	0,00	13.235.078,29		0,00	13.235.078,29
T O T A L		22.747.058,32			70.801.020,14

ABIB MIGUEL  
Diretor Geral

GABRIEL LUIZ FRANCESCHI  
Diretor do D.A.T.

EDISON CARLOS DE OLIVEIRA  
Coord. de Contabilidade